

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO, MINERAÇÃO, ROMPIMENTO E
REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE**

EDIR MACHADO DE MAGALHÃES CARNEIRO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA ROMPER O SILÊNCIO PEDAGÓGICO:
A INSERÇÃO DA TRÍADE MINERAÇÃO, ROMPIMENTO E REVITALIZAÇÃO
NO PPP DE UMA ESCOLA ATINGIDA EM BARRA LONGA-MG.**

Mariana-MG
2025

EDIR MACHADO DE MAGALHÃES CARNEIRO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA ROMPER O SILÊNCIO PEDAGÓGICO: A
INSERÇÃO DA TRÍADE MINERAÇÃO, ROMPIMENTO E REVITALIZAÇÃO NO
PPP DE UMA ESCOLA ATINGIDA EM BARRA LONGA-MG.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Adriane Cristina de Melo

Coorientadora: Prof^a Mestre Ângela Maria de Souza

MARIANA-MG
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C289d Carneiro, Edir Machado de Magalhães.

Desafios e possibilidades para romper o silêncio pedagógico [manuscrito]: a inserção da tríade mineração, rompimento e revitalização no PPP de uma escola atingida em Barra Longa-MG. / Edir Machado de Magalhães Carneiro. - 2025.

63 f.: il.: color., mapa. + Quadro.

Orientadora: Profª. Dra. Adriane Cristina de Melo Melo.

Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Educação.

1. Mineração a céu aberto. 2. Falhas em barragens. 3. Currículos - Mudança. 4. Memória coletiva. I. Melo, Adriane Cristina de Melo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.013.42

Bibliotecário (a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Edir Machado de Magalhães Carneiro

Desafios e Possibilidades para Romper o Silêncio Pedagógico: A Inserção da Tríade Mineração, Rompimento e Revitalização no PPP de uma Escola Atingida em Barra Longa-MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para obtenção do título de Especialista em Educação.

Aprovado em 12 de janeiro de 2026

Membros da banca

Professora Doutora - Adriane Cristina de Melo - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Professor Doutor Paulo Henrique Aguiar Mendes - Universidade Federal de Ouro Preto
Professora Doutora Maria Isabel Antunes-Rocha - Universidade Federal de Minas Gerais

Adriane Cristina de Melo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 12/01/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Adriane Cristina de Melo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/01/2026, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1045779** e o código CRC **D7EA6ED9**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000666/2026-01 SEI nº 1045779

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: 3135579400 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força, sabedoria e serenidade concedidas ao longo desta caminhada.

À minha mãe, minha primeira professora, cujo exemplo de dedicação, coragem e amor incondicional me inspirou desde a infância. Com ela aprendi o valor da educação, do respeito e da persistência diante dos desafios. Ao meu pai, cuja memória me inspira e fortalece a cada conquista. Sua presença permanece viva em meus pensamentos e no amor que sempre me dedicou.

Ao meu marido, Humberto, pelo amor, paciência e apoio incondicional em todos os momentos. Sua compreensão e incentivo foram essenciais para o cumprimento desta jornada. Aos meus filhos, Camilla e Renato, por serem a razão maior da minha dedicação. A presença de vocês ilumina e dá sentido a cada conquista.

À minha orientadora, Professora Doutora Adriane Cristina de Melo, pela disponibilidade, dedicação e valiosas contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita.

À minha coorientadora e amiga, Professora Mestre Ângela Maria de Souza, pelas orientações e pelo acompanhamento durante o desenvolvimento deste trabalho.

Aos idealizadores e formadores do Programa de extensão formação continuada de educadores da rede pública dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais – Escola do Rio Doce, pelo apoio institucional e financeiro, bem como pela colaboração e pelo compromisso com a inserção do tema “Mineração, Rompimento e Revitalização”, tão relevante para a educação no município de Barra Longa. De maneira especial, registro minha gratidão ao Professor Doutor Marcelo Loures dos Santos e à professora Maria Isabel Antunes-Rocha, incentivadores deste percurso.

Aos colegas e amigos que, de diferentes formas, estiveram presentes nessa trajetória, oferecendo apoio, incentivo e partilha de saberes, e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho, de natureza qualitativa, fundamenta-se na pesquisa-ação e na sistematização de experiências, com o objetivo de analisar o Projeto Político Pedagógico de uma escola do município de Barra Longa-MG, atingida pelo Rompimento da Barragem de Fundão (Mariana-2015), e propor estratégias para integrar a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” às práticas escolares, contribuindo para romper o “Silêncio Pedagógico” instaurado após o rompimento. A pesquisa, estruturada em três categorias analíticas - impactos socioambientais, impactos educacionais e rompimento do Silêncio Pedagógico, revelou lacunas na abordagem de questões socioambientais e a ausência de participação efetiva da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico. O estudo incluiu a construção participativa de um Projeto Pedagógico Experimental da Escola, construído por meio de rodas de conversa, seminário e reuniões, com o intuito de inserir a tríade no currículo. Os resultados indicam que o rompimento da barragem gerou perdas sociais, culturais e ambientais, evidenciadas na destruição de patrimônios, na desagregação comunitária e na degradação dos ecossistemas locais. A inserção do tema no currículo da escola fortalece a identidade territorial, promove a educação ambiental crítica, estimula a consciência socioambiental e a gestão democrática. Considera-se que enfrentar o silêncio pedagógico requer uma prática educativa sensível ao território, que valorize a memória coletiva e promova a reconstrução social, cultural e ambiental das comunidades atingidas.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Rompimento da Barragem de Fundão. Impactos em Barra Longa-MG. Mineração, Rompimento e Revitalização. Rompimento do Silêncio Pedagógico.

ABSTRACT

This qualitative study, based on action research and the systematization of experiences, aims to analyze the Political Pedagogical Project of a school in the municipality of Barra Longa-MG, affected by the Fundão Dam collapse (Mariana-2015), and to propose strategies to integrate the triad "Mining, Collapse, and Revitalization" into school practices, contributing to breaking the "Pedagogical Silence" established after the collapse. The research, structured around three analytical categories – socio-environmental impacts, educational impacts, and breaking the pedagogical silence – revealed gaps in the approach to socio-environmental issues and the absence of effective community participation in the elaboration of the Political Pedagogical Project. The study included the participatory construction of an Experimental Pedagogical Project for the school, built through discussion groups, seminars, and meetings, with the intention of incorporating the triad into the curriculum. The results indicate that the dam rupture generated social, cultural, and environmental losses, evidenced by the destruction of heritage sites, community disintegration, and the degradation of local ecosystems. Including this topic in the school curriculum strengthens territorial identity, promotes critical environmental education, stimulates socio-environmental awareness, and fosters democratic management. It is considered that confronting the pedagogical silence requires an educational practice sensitive to the territory, valuing collective memory and promoting the social, cultural, and environmental reconstruction of the affected communities.

Keywords: Political Pedagogical Project. Fundão Dam Rupture. Impacts on Barra Longa-MG. Mining, Rupture and Revitalization. Breaking the Pedagogical Silence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPCD - Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
EDE - Escola Doce Esperança
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
OE - Objetivo específico
PEBRID - Programa de extensão formação continuada de educadores da rede pública dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais – Escola do Rio Doce
PPE - Plano Pedagógico Experimental
PPEE - Projeto Pedagógico Experimental da Escola
PPP - Projeto Político Pedagógico
QGIS - Quantum GIS, software de Sistema de Informação Geográfica
RBF - Rompimento da Barragem de Fundão
SRE - Superintendência Regional de Ensino
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Localização de Barra Longa em Minas Gerais	9
Figura 02- Localização da sede urbana de Barra Longa em relação à Barragem de Fundão.	10
Figura 03- Fachada de prédios considerados patrimônio cultural de Barra Longa	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- População de Barra Longa ao longo dos anos.	9
Quadro 02 - Síntese dos procedimentos metodológicos adotados.	9
Quadro 03 - Sistematização da Análise do PPP da EDE	29
Quadro 04 - Análise do PPE da EDE, Barra Longa-MG.	32
Quadro 05 - Categorias analíticas	40
Quadro 06 - Sistematização das respostas da Roda de Conversa	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Contexto da Escola Doce Esperança	8
1.2 Justificativa e relevância do tema	11
1.3 Problema de pesquisa	13
1.4 Objetivos	15
1.4.1 Objetivos geral	15
1.4.2 Objetivos específicos (OEs)	15
1.5 Abordagem metodológica	15
2. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE MINERAÇÃO, ROMPIMENTO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE, NO CONTEXTO DE BARRA LONGA – MG: ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA	20
2.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento de gestão democrática	20
2.2 Currículo escolar e os Silêncios Pedagógicos	22
2.3 Educação ambiental crítica e justiça socioambiental	23
2.4 A tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” e o enfrentamento do Silêncio Pedagógico no contexto escolar	24
3. ESCOLA EM ANÁLISE	26
3.1 A Escola Doce Esperança e o contexto de construção do Projeto Político Pedagógico	26
3.1.1 O Processo de construção do PPP	27
3.2 A relação entre o PPP da Escola Doce Esperança e a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”	28
3.2.1 Análise crítica do PPP e do Planos Pedagógicos Experimentais (PPEs) da Escola Doce Esperança	28
3.2.1.1 Análise crítica do PPP	28
3.2.1.2 Análise dos Planos Pedagógicos Experimentais	31
4. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA: O PPEE DA ESCOLA DOCE ESPERANÇA COMO INSTRUMENTO DE RESSIGNIFICAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL DIANTE DOS IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM BARRA LONGA-MG	36
4.1 Análise dos impactos do RBF em Barra Longa-MG	36
4.2 PPEE: a inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” no PPP da Escola Doce Esperança	43
4.2.1 Roda de Conversa: contribuições da comunidade escolar para o PPEE	43
4.2.2 O Projeto Pedagógico Experimental da Escola Doce Esperança	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	59
Anexo 1 - Jornal Escolar	59
Anexo 2 - livro Capibara e a Barra Lama	61

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como título “Desafios e possibilidades para romper o Silêncio Pedagógico: A inserção da tríade Mineração, Rompimento e Revitalização no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola atingida em Barra Longa-MG”, adotando-se, para fins de análise, a denominação fictícia Escola Doce Esperança¹ (EDE) para identificar a instituição estudada. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Curso de Especialização Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce, vinculado ao Programa Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID), na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Este tópico introduz o estudo e está dividido em cinco subitens: contexto da Escola Doce Esperança; justificativa e relevância do tema; problema de pesquisa; objetivos; abordagem metodológica. Nessa seção inicial, apresentam-se as bases teóricas e metodológicas que orientam a pesquisa, bem como os fundamentos que justificam a análise do PPP como instrumento de transformação social, educativa e ambiental em um território impactado pelo Rompimento da Barragem de Fundão (RBF).

1.1 Contexto da Escola Doce Esperança

A EDE está localizada no município de Barra Longa-MG, que pertence à Região Imediata² de Ponte Nova e à Região Intermediária³ de Juiz de Fora. Situado a aproximadamente 163 km de Belo Horizonte, o município possui uma área territorial de 383,628 km². Sua sede encontra-se nas proximidades da confluência dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, cuja junção originou o nome da cidade. A fertilidade das terras, propícias para a agricultura e para a exploração do ouro de aluvião - abundante nos dois rios, foi um dos fatores determinantes para a fixação dos primeiros habitantes e para o desenvolvimento do povoado que deu origem à atual cidade de Barra Longa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Dessa forma, esse contexto é marcado historicamente pelas práticas minerárias.

Além disso, a economia local ainda reflete traços dessa herança histórica, combinando

¹ Escola Doce Esperança: A escolha do nome se deve à “esperança” depositada nas ações de revitalização da Bacia do Rio “Doce” relacionadas ao Curso de Especialização - PEBRID.

² Região imediata: Agrupamento de municípios com relações socioeconômicas e de mobilidade (trabalho, estudo, comércio, serviços) com um centro urbano local (IBGE, 2017).

³ Região intermediária: Agrupamento de Regiões Imediatas com base em relações com centros urbanos regionais mais amplos, geralmente cidades-polo que concentram serviços mais especializados, como universidades, hospitais de alta complexidade e órgãos públicos (IBGE, 2017).

atividades rurais com pequenas iniciativas ligadas à cultura regional. A paisagem natural e o patrimônio cultural do município reforçam sua identidade. A Figura 01 apresenta a localização do município de Barra Longa em Minas Gerais.

Figura 01- Localização de Barra Longa em Minas Gerais



Fonte: elaborado pela autora (2025), por meio do *software* QGis.

O Quadro 01 aponta dados demográficos do município ao longo das últimas décadas, evidenciando as variações populacionais.

Quadro 1 - População de Barra Longa ao longo dos anos.

Ano	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)
1991	7.889	3.025 (38,35%)	4.864 (61,65%)
2000	7.554	2.803 (37,13%)	4.751 (62,87%)
2010	6.147	2.313 (37,63%)	3.834 (62,37%)
2022	5.666	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis

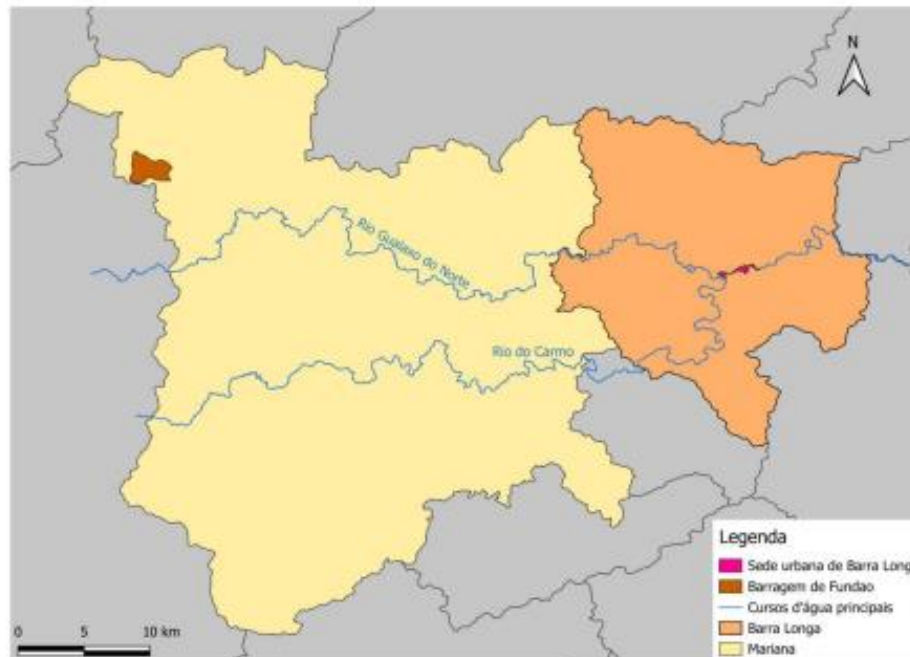
Fonte: Elaborado pela autora (2025), a partir de dados do IBGE (1991, 2000, 2010 e 2022).

Os dados demográficos indicam uma tendência de decréscimo populacional ao longo das últimas três décadas. Entre 1991 e 2000, a população caiu 4%, seguida por uma redução de 19% entre 2000 e 2010. Entre 2010 e 2022, o município perdeu cerca de 8% de sua população, totalizando uma queda de aproximadamente 28% desde 1991 (IBGE, 2022). A estimativa

populacional do IBGE para 2024 aponta um leve aumento para 5.740 pessoas, mas ainda assim permanece distante dos patamares das décadas anteriores. Além da redução da população total, os dados revelam uma predominância histórica da população rural em relação à urbana, com mais de 60% dos habitantes residindo na zona rural entre 1991 e 2010.

A redução populacional pode estar associada à migração de jovens para centros urbanos em busca de melhores oportunidades, à falta de investimentos em infraestrutura e serviços básicos e aos impactos socioambientais do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015. Essa dinâmica impõe desafios à gestão municipal e ao planejamento de políticas públicas, que devem priorizar a valorização das identidades locais e a revitalização econômica e social do território. A Figura 02 apresenta a localização da sede urbana de Barra Longa em relação à Barragem de Fundão (Mariana-MG).

Figura 02 - Localização da sede urbana de Barra Longa em relação à Barragem de Fundão.



Fonte: Elaborado pela autora (2025), por meio do *software* QGIS.

Na área da educação, o município apresenta uma taxa de escolarização de 97,6% entre crianças de 6 a 14 anos (IBGE, 2010). Em 2023, foram registradas 543 matrículas no Ensino Fundamental e 114 no Ensino Médio, com 56 docentes no Ensino Fundamental e 25 no Ensino Médio, distribuídos em 11 escolas de Ensino Fundamental e 1 escola de Ensino Médio (IBGE, 2022).

No conjunto dos municípios afetados pelo RBF, Barra Longa apresenta uma condição específica, uma vez que foi o único a registrar a incidência direta dos rejeitos em sua sede urbana. Conforme registrado em relatório técnico,

O município de Barra Longa–MG foi o segundo a ser impactado pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana–MG, recebendo um expressivo aporte de rejeitos e outros materiais carreados pela passagem da lama ao longo dos rios Gualaxo do Norte e do Carmo. Ressalta-se que Barra Longa–MG foi o único local no contexto extra calha que teve a sua sede municipal (área urbana) atingida pelos rejeitos (SRK Consulting Brasil, 2023, p.10).

A EDE, objeto deste estudo, está localizada às margens do Rio Carmo e, por esse motivo, suas instalações foram impactadas, tornando necessária a transferência da instituição para um espaço provisório, onde permaneceu entre novembro de 2015 e outubro de 2018. Nesse período, a sede original passou por obras de reforma e recuperação de sua estrutura física.

1.2 Justificativa e relevância do tema

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento essencial para o desenvolvimento de uma educação que consiga alcançar o desenvolvimento humano, com estratégias de ensino-aprendizagem adequadas, considerando as carências e as potencialidades da escola. Para isso, é importante que sua construção ocorra com a participação de toda a comunidade.

A relevância da participação popular nos processos que orientam as decisões que incidem sobre a coletividade manifesta-se na própria denominação da Constituição Federal de 1988, amplamente conhecida como “Constituição Cidadã”, ainda que tal expressão seja objeto de questionamentos por parte de alguns autores. Esse reconhecimento da participação como princípio democrático encontra ressonância no campo educacional, especialmente no que se refere à construção do PPP. Conforme afirma Araújo (2023, p. 79), “o projeto pedagógico ou projeto político pedagógico é o produto da capacidade de planejamento participativo. As diferentes designações dadas a este instrumento, por vezes refletem a intencionalidade política que reveste a ação pedagógica”. Apesar das distintas nomenclaturas, a autora ressalta que, independentemente de sua denominação, esse instrumento expressa o ideal de educação que a comunidade escolar almeja construir, compreensão que fundamenta as reflexões desenvolvidas neste trabalho.

É nesse contexto que o PPP se consolida como expressão da identidade da instituição escolar. Sua elaboração coletiva torna-se fundamental para que represente, de fato, os sujeitos que compõem a comunidade escolar. Conforme ressalta Araújo (2023, p. 79), o PPP “é a proposta mais abrangente da escola, é o núcleo fundamental em torno do qual a instituição expressa sua concepção e a realização das suas finalidades de formação de cidadãos

responsáveis, críticos e participativos”. Reafirma-se, assim, o papel central do PPP como instrumento de orientação do trabalho pedagógico e de fortalecimento da participação democrática no espaço escolar.

Nessa mesma perspectiva, ao ampliar o debate para o campo curricular, Paraíso e Caldeira (2023, p. 93) destacam que “o currículo pode fazer a escola conectar-se com os problemas, as necessidades e as alegrias do contexto em que está inserida e do tempo em que vive; pode possibilitar o aprender e abrir caminhos”. Para as autoras, o currículo assume um papel estratégico ao impulsionar a prática pedagógica, possibilitar a criação de outras pedagogias e contribuir para a construção de novos modos de existência e de vida em sociedade (Paraíso; Caldeira, 2024). Dessa forma, a articulação entre currículo, cotidiano escolar e participação coletiva revela-se fundamental para a constituição de práticas educativas voltadas às demandas sociais e territoriais.

Contudo, nem sempre o currículo em ação se manifesta plenamente. Como apontam Paraíso e Caldeira (2024), o chamado "currículo vazio" ou dos "campos de silêncio" evidencia a ausência de conteúdos que conectem o aprendizado às vivências e necessidades reais da comunidade escolar. Esse desafio reforça a importância de integrar temáticas significativas, como a mineração, ao cotidiano escolar, transformando o currículo em ação em um espaço de problematização e reflexão.

Sob essa perspectiva, a articulação entre os conteúdos formais e as experiências locais permite que o aprendizado se torne mais relevante e transformador para profissionais e estudantes, especialmente em comunidades impactadas pela atividade mineradora. A inclusão dessa temática no PPP da Escola Doce Esperança constitui uma oportunidade de avançar na formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a transformação social e ambiental.

Nesse sentido, este trabalho se apresenta como um relato de experiência, contemplando a análise do PPP da EDE, as discussões realizadas em uma Roda de Conversa e as ações voltadas à elaboração e à implementação do Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE). A reflexão ocorre à luz da necessidade de romper o Silêncio Pedagógico (Hunzicker; Antunes-Rocha, 2022) em torno do RBF, articulando a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” às práticas escolares. Nesse processo, destacam-se três dimensões interdependentes que estruturam a análise: (i) os impactos socioambientais, que apontam os efeitos do rompimento da Barragem de Fundão sobre o território, os danos ambientais, culturais e sociais e suas implicações na vida comunitária.; (ii) os impactos educacionais, que revelam as consequências do rompimento nas práticas escolares, nas estruturas físicas e nas relações pedagógicas, destacando a ruptura da rotina da comunidade escolar e o “Silêncio Pedagógico”

que se instaurou; e (iii) o rompimento do Silêncio Pedagógico, que aborda as estratégias e práticas educativas que buscam romper o silêncio sobre o tema, promovendo a inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” no currículo, através da construção e inserção do PPEE no Projeto Político Pedagógico da EDE, com o propósito de estimular a consciência crítica, a identidade territorial e o protagonismo estudantil.

O estudo evidencia, ainda, os impactos socioambientais e educacionais vivenciados pela comunidade de Barra Longa, destacando a relevância de uma educação comprometida com a valorização da memória coletiva, com o reconhecimento dos efeitos do rompimento da Barragem de Fundão e com o enfrentamento dos desafios contemporâneos que se colocam no território.

1.3 Problema de pesquisa

No âmbito da rede municipal de ensino de Barra Longa, município no qual se insere a escola objeto desta análise (EDE), constatou-se, a partir da leitura e da análise do Projeto Político Pedagógico, a ausência de participação da comunidade escolar em seu processo de elaboração. O documento não registra a presença de representantes da comunidade escolar entre os sujeitos envolvidos, tampouco apresenta assinaturas que atestem sua contribuição, o que indica um processo de construção restrito e centralizado. Além disso, o desconhecimento⁴ do PPP por parte dos professores reforça a ausência de diálogo e de apropriação coletiva do conteúdo. Ressalta-se que o acesso ao referido documento somente foi viabilizado após solicitação formal à Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2024, realizada pela autora deste estudo - então docente da instituição e cursista de Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculada à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Durante o período de atuação da autora como professora da rede municipal de ensino de Barra Longa, iniciado em 2007, ficou evidenciado que o único momento em que houve efetivo envolvimento do corpo docente na construção do PPP ocorreu após o rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015. Nos anos subsequentes ao rompimento, uma equipe contratada pela Fundação Renova⁵ promoveu a mobilização dos profissionais da educação das escolas municipais, com o objetivo de levantar informações sobre

⁴ Como cursista e professora da instituição em 2024, foi possível constatar o desconhecimento do documento.

⁵ Fundação Renova: Organização sem fins lucrativos responsável, até a assinatura da repactuação, pela mobilização por executar programas de reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

a comunidade escolar, incluindo o histórico das instituições e o perfil dos estudantes atendidos. No entanto, a empresa responsável foi posteriormente dispensada, o que resultou na descontinuidade do processo de elaboração participativa do documento. Em 2019, o PPP foi elaborado por profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação. Antes da elaboração do PPP que passou a contemplar as especificidades de cada unidade escolar, havia um documento unificado para toda a rede municipal de ensino, sem considerar as particularidades de cada escola.

Compreende-se, nesse contexto, que ainda persistem muitos desafios para a consolidação de práticas pedagógicas mais democráticas e sensíveis às realidades locais. Entre esses desafios, destacam-se aqueles apontados por Araújo (2024, p. 86): fomentar o envolvimento efetivo da comunidade escolar; reconhecer e valorizar as diferenças, rompendo com a lógica homogênea imposta pelo sistema econômico, que tende à massificação dos sujeitos e do trabalho; e promover a construção de um ambiente escolar que favoreça o diálogo, a escuta e a participação coletiva. Tais questões evidenciam a relevância de uma abordagem crítica, reflexiva e contextualizada na formulação e implementação dos PPPs.

Apesar dos desafios enfrentados, o engajamento da comunidade escolar e a implementação de um plano de trabalho participativo podem promover avanços significativos na educação. A valorização dos saberes locais e o compromisso ético são essenciais para superar lacunas no planejamento pedagógico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) oferece fundamentos para a construção de currículos contextualizados, que respeitem as especificidades locais e fortaleçam a autonomia das escolas. De forma a complementar, Araújo menciona:

O que se espera é que o PPP, nessa dimensão, confira unidade ao trabalho desenvolvido nas escolas, evitando que coexistam diferentes concepções pedagógicas conflituosas que possam comprometer o fazer pedagógico que deve se pautar pelo respeito ao outro e ao seu saber, pela promoção da construção do conhecimento e por acolher a diversidade geracional e cultural presente nessas unidades de ensino (Araújo, 2023, p. 79).

Diante disso, é possível entender que é necessário um trabalho conjunto dos diversos agentes envolvidos na educação para que um bom Projeto Político Pedagógico seja elaborado e executado. Para isso, a participação da comunidade se faz fundamental, pois é preciso entender as carências e as potencialidades que devem ser consideradas. Sem essa participação, é possível que mais planos generalistas sejam produzidos e, assim, difíceis de serem efetivamente aplicados.

Diante do exposto, delimita-se a problemática desta pesquisa nos seguintes termos: A tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” está integrada no PPP Escola Doce

Esperança, em Barra Longa-MG? Como ela pode orientar as práticas pedagógicas no contexto pós-rompimento da Barragem de Fundão?

1.4 Objetivos

Os objetivos estão divididos em um objetivo geral e três objetivos específicos.

1.4.1 Objetivo geral

Analisar o PPP da Escola Doce Esperança e propor estratégias para inserir a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” nas práticas escolares, a fim de romper o Silêncio Pedagógico sobre os impactos causados pela Barragem de Fundão.

1.4.2 Objetivos específicos (OEs)

OE1: Realizar revisão de literatura sobre a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”, sobre currículo escolar e PPP, considerando os impactos do rompimento no território de Barra Longa.

OE2: Analisar o Projeto Político Pedagógico da EDE e identificar suas limitações e registros de ações relacionadas à tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”.

OE3: Construir o PPEE, com a participação da comunidade escolar.

1.5 Abordagem metodológica

Esta pesquisa apresenta natureza qualitativa, fundamentada na perspectiva dialógica e interdisciplinar da pesquisa-ação, aliada ao procedimento da sistematização de experiências (Laranjeira e Silva, 2024). Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, analisar e propor intervenções no contexto escolar impactado pelo RBF, considerando as especificidades sociais e territoriais da Bacia do Rio Doce e a realidade da escola envolvida.

Para a análise dos dados, estabelecem-se categorias analíticas que possibilitam apreender os impactos da mineração e a inserção da tríade no PPP da instituição. As categorias definidas compreendem:

Categoria 1 – Impactos Socioambientais

Assunto: Efeitos do Rompimento da Barragem de Fundão no território de Barra Longa-MG.

Abrangência: danos ambientais, desestruturação social, perdas culturais, fragilização dos

vínculos comunitários, mudanças nas formas de organização coletiva e nos modos de vida da população barralanguense.

Categoria 2 – Impactos Educacionais

Assunto: Consequências do rompimento na educação local.

Abrangência: danos estruturais da escola, consequências nas relações pedagógicas, alteração da rotina da comunidade escolar, interrupção dos processos pedagógicos, invisibilidade das experiências vividas e a existência do “Silêncio Pedagógico” diante do rompimento e de seus desdobramentos.

Categoria 3 – Rompimento do Silêncio Pedagógico

Assunto: Estratégias e práticas educativas que buscam romper o “silêncio”, promovendo a inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” no currículo, através da inserção do PPEE no Projeto Político Pedagógico da EDE.

Abrangência: compreende a reconstrução participativa do currículo, a superação das lacunas existentes no tratamento da tríade, o desenvolvimento de ações pedagógicas comprometidas com a transformação social e ambiental, bem como a implantação de mecanismos de monitoramento e avaliação do PPP.

Essas categorias constituem-se como eixos estruturantes e orientadores da análise qualitativa, articulando a dimensão metodológica da pesquisa-ação (Laranjeira; Silva, 2024) à sistematização de experiências como processo reflexivo e formativo.

Os procedimentos metodológicos foram organizados de acordo com as ações, procedimentos e resultados esperados para atingir cada objetivo específico.

- Para cumprir o Objetivo Específico 1 (OE1):

Para alcançar este objetivo, foram realizadas ações de levantamento bibliográfico e documental em bases acadêmicas e institucionais, com foco nos temas centrais da pesquisa. A sistematização dos referenciais teóricos e conceitos-chave foi conduzida por meio de leitura crítica, fichamento e categorização dos conteúdos selecionados. A etapa resultou na elaboração do referencial teórico, estruturado com base em pesquisa bibliográfica e documental. A escrita acadêmica teve como foco a fundamentação teórica que orienta tanto a abordagem analítica quanto as etapas do campo do estudo, permitindo o embasamento conceitual necessário para o cumprimento dos demais objetivos.

- Para cumprir o Objetivo Específico 2 (OE2):

Este objetivo envolveu a realização de uma conversa orientada com a equipe gestora da escola, com o intuito de ter acesso ao PPP vigente. Em seguida, foi conduzida uma leitura analítica do documento, com atenção especial às menções ao rompimento da Barragem de Fundão e às ações desenvolvidas a respeito. Também foram identificadas e analisadas propostas pedagógicas específicas dos Planos Pedagógicos Experimentais da Escola (PPEs), desenvolvidos no âmbito do curso de aperfeiçoamento “Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização - Desafios para a Educação Programa de Extensão Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios atingidos pelo RBF em Minas Gerais – Escola do Rio Doce”, nos anos de 2022 e 2023.

Os procedimentos metodológicos adotados incluíram a pesquisa de campo e a análise documental, resultando no levantamento das percepções da equipe gestora quanto às repercussões do rompimento no cotidiano escolar. Essa etapa permitiu a identificação de lacunas, desafios e perspectivas relacionados à elaboração, monitoramento e avaliação do PPP da escola.

- Para cumprir o Objetivo Específico 3 (OE3):

A construção do PPEE contou com a participação ativa da comunidade escolar. Inicialmente, foi promovida uma roda de conversa com representantes da comunidade, com o intuito de colher percepções, demandas e expectativas em relação à inserção das temáticas “Mineração, Rompimento e Revitalização” no contexto escolar. Após a sistematização das percepções e sugestões apontadas na roda, foi realizado um seminário com membros da comunidade escolar. As informações obtidas e discutidas durante o seminário subsidiaram a redação do documento, posteriormente elaborado e apresentado à comunidade escolar para validação. Nessa etapa, adotaram-se como procedimentos metodológicos a pesquisa-ação (Laranjeira; Silva, 2024) e a metodologia participativa, ambas voltadas ao envolvimento direto dos sujeitos da pesquisa no processo de construção do conhecimento. Espera-se, como resultado, a elaboração de um PPEE contextualizado, sensível à realidade local e comprometido com a promoção da consciência ambiental e social entre os membros da comunidade escolar, fortalecendo a participação coletiva no processo de gestão educacional. O Quadro 02 apresenta a síntese dos procedimentos metodológicos adotados.

Quadro 02- Síntese dos procedimentos metodológicos adotados.

Objetivos	Ações	Metodologia	Resultados esperados
OE1: Realizar revisão de literatura sobre os temas: mineração, rompimento da barragem de Fundão, revitalização da Bacia do Rio Doce, currículo escolar e projeto político pedagógico	Levantamento bibliográfico e documental em bases acadêmicas e institucionais; Sistematização dos referenciais teóricos e conceitos-chave; Elaboração do referencial teórico.	Pesquisa bibliográfica e documental; Leitura e Fichamento; Escrita acadêmica orientada à fundamentação teórica.	Fundamentação teórica que embasa o desenvolvimento do trabalho, tanto em sua versão teórica (como nas análises) quanto nas visitas em campo
OE2: Analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Doce Esperança e identificar suas limitações e propostas/registros de ações relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão	Conversa orientada com a equipe gestora da escola para acesso ao documento do PPP da escola; Leitura e análise do PPP; Identificação e análise dos PPEs desenvolvidos na instituição.	Pesquisa de Campo; Análise Documental.	Levantamento das percepções da equipe gestora sobre o rompimento da barragem de Fundão e suas repercussões no cotidiano escolar; Identificação das lacunas, dos desafios e das perspectivas em relação ao monitoramento e à avaliação do PPP.
OE3: Construir o PPEE, com a participação da comunidade escolar, considerando a inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”	Realização de roda de conversa com a comunidade escolar; Sistematização das informações coletadas na roda de conversa; Redação do PPEE; Apresentação e validação do PPEE, com a participação da comunidade escolar.	Pesquisa-ação; Metodologia participativa.	Elaboração de um PPEE contextualizado e alinhado às necessidades da escola e à realidade local Promoção da consciência ambiental e social da comunidade escolar Fortalecimento da participação da comunidade escolar na construção, monitoramento e avaliação do PPP da escola

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O trabalho está estruturado em três capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. O Capítulo 1 (item 2) apresenta a abordagem teórica sobre a tríade Mineração, Rompimento e Revitalização na Bacia do Rio Doce, no contexto de Barra Longa-MG. O

Capítulo 2 (item 3) contextualiza a Escola Doce Esperança e analisa seu PPP e os PPEs desenvolvidos na instituição. O Capítulo 3 (item 4) traz a construção participativa do PPEE, abordado como instrumento de ressignificação pedagógica e como possibilidade para romper o “Silêncio Pedagógico”.

2. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE MINERAÇÃO, ROMPIMENTO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE, NO CONTEXTO DE BARRA LONGA – MG: ENTRE O SILÊNCIO E A RESISTÊNCIA

Este capítulo propõe uma reflexão sobre as bases teóricas que sustentam a compreensão da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”, considerando seus desdobramentos educativos, sociais e ambientais no contexto da bacia do Rio Doce, considerando o contexto do município de Barra Longa-MG. Busca-se compreender como a educação ambiental crítica pode se constituir em um instrumento de resistência e reconstrução frente aos impactos do rompimento da Barragem de Fundão (2015), articulando memória, território e justiça socioambiental.

Parte-se da premissa de que o rompimento impôs desafios complexos e duradouros ao território, exigindo respostas educativas sensíveis, contextualizadas e politicamente engajadas. Nesse sentido, a escola, enquanto espaço de formação e diálogo, assume papel estratégico na reconstrução simbólica e social das comunidades atingidas.

O capítulo está organizado em quatro subtópicos. O item 2.1 discute os marcos legais e conceituais da educação ambiental no Brasil, relacionando-os à função democrática do PPP. O item 2.2 analisa as lacunas e silêncios pedagógicos presentes no currículo, especialmente no que se refere à abordagem da mineração e do rompimento. O item 2.3 aprofunda a perspectiva da educação ambiental crítica e sua potência na formação de sujeitos ecológicos e socialmente comprometidos. Por fim, o item 2.4 trata da inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” como eixo estruturante de práticas pedagógicas voltadas à reconstrução do território e à justiça ambiental.

2.1 O Projeto Político Pedagógico como instrumento de gestão democrática

O PPP constitui-se como o principal instrumento de planejamento e afirmação da identidade institucional das escolas públicas brasileiras. Fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), o documento deve ser concebido de forma coletiva, integrando concepções pedagógicas, valores e objetivos que orientem a formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos.

Mais do que um documento técnico, o PPP representa um exercício de planejamento político e coletivo. Como argumenta Araújo (2023), ele expressa o projeto de sociedade e de escola que se deseja construir, sendo resultado direto das relações de poder e da capacidade de escuta das diversas vozes que compõem a comunidade escolar.

A gestão democrática e participativa é central nesse processo. Segundo Souza (2023), o PPP e a gestão democrática emergem como pilares essenciais para um ambiente educacional inclusivo e eficaz. Assim, a sua construção e avaliação devem envolver todos os segmentos da comunidade escolar, consolidando o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade. A Lei 17.618/2021 reforça, nesse sentido, a importância da representatividade dos diferentes atores sociais no processo decisório das instituições escolares.

Para Chaddad (2022), a adoção do PPP e do Conselho Escolar como instrumentos de gestão democrática evidencia o esforço de descentralizar o poder e promover a autonomia das escolas. A participação popular, ao refletir sobre o tipo de escola desejada, torna-se indispensável à transformação social. Embora o sistema capitalista tenda a preservar estruturas de desigualdade, o PPP pode fomentar uma consciência crítica, assumindo o papel de “alma da escola”, capaz de mediar entre o desejo de permanência e a necessidade de mudança (Chaddad, 2022, p. 9).

Ainda assim, há uma tensão constante entre o ideal democrático e a prática institucional. Paraíso e Caldeira (2024) observam que, muitas vezes, o PPP é elaborado de forma pouco participativa, reduzido a uma formalidade exigida por instâncias superiores, o que compromete sua legitimidade como ferramenta de transformação social. Já Silva e Silva (2020) enfatizam que a incorporação da gestão democrática requer estratégias que mobilizem os diversos sujeitos escolares, fortalecendo a autonomia e a reflexão sobre a função social da escola.

Contudo, como destaca Guedes (2021), essa perspectiva democrática enfrenta resistência em modelos de gestão tecnocráticos e centralizadores, nos quais o diretor é visto apenas como executor de políticas externas. Tal descompasso revela uma contradição fundamental entre o discurso democrático e a prática administrativa. Zacarias (2024) reforça que essa dualidade é reflexo da tensão entre uma legislação que preconiza a democracia e uma lógica de mercado que impõe padronização e controle.

Assim, o PPP torna-se também um espaço de disputa simbólica e política. Quando construído coletivamente, ele se converte em instrumento potente de afirmação da identidade escolar e de promoção da emancipação. Para Vieira e Santos (2023), o PPP deve ser entendido como um documento vivo, que expressa a realidade da escola e permite aos sujeitos transformarem sua própria prática. Nessa perspectiva, Wagner e Costa (2024) sintetizam que a transformação da educação e da sociedade passa necessariamente pela democracia, pelo diálogo e pela construção coletiva de saberes.

2.2 Currículo escolar e os Silêncios Pedagógicos

O currículo é um dos elementos centrais da prática educativa, pois expressa as escolhas sobre o que ensinar, como ensinar e com que finalidade. Para Paraíso e Caldeira (2024), o currículo pode conectar a escola ao seu território e tempo presente, mas também pode reproduzir exclusões históricas por meio dos chamados “campos de silêncio”.

Essa perspectiva é aprofundada por Hunzicker e Antunes-Rocha (2022), que abordam o conceito de “Silêncio Pedagógico”, referindo-se à ausência de determinados temas nos currículos e práticas escolares, especialmente aqueles relacionados a conflitos, traumas coletivos e injustiças socioambientais. Segundo as autoras, esse “silêncio” não é neutro, pois pode ser estruturado em escolhas políticas que determinam o que merece ser lembrado ou esquecido.

No caso da EDE, situada em Barra Longa, município atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, a ausência da temática “Mineração, Rompimento e Revitalização” em seu PPP evidencia um Silêncio Pedagógico que compromete a função social da escola. Essa omissão representa uma forma de negação da memória coletiva e das lutas por justiça ambiental, contribuindo para a naturalização do extrativismo mineral. Essa naturalização é descrita por Coelho (2012) como parte do processo de minério-dependência:

Os problemas causados pela mineração são naturalizados por uma dicotomia da dependência onde entram em comparação ônus versus bônus. (...) e é exatamente essa consequência de curto prazo o principal trunfo para a manutenção da atividade mineira-exportadora (Coelho, 2012, p. 140).

O discurso da dependência atua não apenas na economia e na política, mas também no campo simbólico e educacional, legitimando o “silenciamento” sobre os danos e perpetuando uma visão de progresso vinculada à mineração. Assim, o currículo que ignora esses conflitos acaba reforçando a subordinação territorial e dificultando a formação de sujeitos críticos.

O silêncio não se manifesta necessariamente pela ausência total do tema, mas por sua abordagem superficial e desproblematizada. Carvalho (2022) observa que, embora haja avanços desde 2019, ainda há um distanciamento entre conteúdos e realidade local, o que demonstra dificuldade em romper com práticas descontextualizadas.

Essa desconexão entre currículo e os conflitos territoriais presentes nas comunidades escolares é recorrente não apenas em contextos de mineração, mas também em regiões marcadas por atividades do agronegócio, da monocultura de eucalipto e da indústria. Em todos esses casos, o Silêncio Pedagógico opera como uma forma de manutenção da ordem

hegemônica, impedindo o debate crítico sobre os impactos socioambientais das práticas econômicas dominantes (Hunzicker, 2024).

Desse modo, reconhecer o Silêncio Pedagógico como parte das relações de dependência que atravessam os territórios evidencia a necessidade de assumir um currículo que dialogue com a realidade e enfrente seus conflitos. Integrar as questões socioambientais ao processo formativo, a partir dos saberes locais e das experiências das comunidades, contribui para tornar o ensino mais significativo e fortalecer a compreensão crítica das dinâmicas que estruturam as condições de existência da população afetada.

2.3 Educação ambiental crítica e justiça socioambiental

A educação ambiental crítica ultrapassa a dimensão conservacionista e propõe uma leitura política das relações entre sociedade, natureza e poder. Sauv  (2005) destaca que essa abordagem busca compreender as causas estruturais dos problemas ambientais, formando sujeitos capazes de intervir no mundo de forma  tica e transformadora.

Nessa linha, Freitas e Hunzicker (2024, p. 53) destacam que “Indivíduos mais preparados e conscientes, no que tange à importância de uma Educa o voltada para o ambiente, para o contexto vivido de cada ser humano, colaboram, significativamente, para uma sociedade mais justa e humanizada.”

Na mesma dire o, Carvalho (2008) reforça a necessidade de formar “sujeitos ecológicos”, conscientes de suas interdependências e comprometidos com a justiça socioambiental. Já Silva e Nobre (2025) defendem que a educa o ambiental crítica e a ecopedagogia rompem com o enfoque tradicional de mudanças pontuais de comportamento, promovendo uma análise estrutural das desigualdades ambientais.

No contexto da bacia do Rio Doce, o RBF expôs a face mais violenta do extrativismo. Conforme Ar oz (2023), sustentado por uma lógica mineral-plantacionista que converte territórios em zonas de sacrifício. Essa visão amplia o escopo da educa o ambiental crítica ao compreendê-la como campo de resistência e denúncia, capaz de conectar os sujeitos aos conflitos territoriais e às lutas por justiça ambiental.

Em outro contexto, ao analisar escolas de ensino básico no município de Mossoró (RN), Rebouças, Lima e Silva (2021) observaram que a educa o ambiental ainda é tratada de forma biologicista e despolitizada - realidade que também se aproxima da EDE, onde o tema do rompimento   ausente ou fragmentado, limitando a reflexão crítica sobre o território. Diante

disso, a escola precisa assumir o papel de espaço de reexistência e esperança (Sánchez; Pelacani; Accioly, 2020). Como lembra Milton Santos (2006, p. 224):

A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado (Santos, 2006, p. 224).

Essa reflexão reforça a importância de considerar o espaço educativo como palco de reconstrução e pertencimento. Ao integrar temas ligados à memória, ao território e à revitalização, a escola pode fortalecer a cidadania e a identidade local. Lima e Torres (2021) destacam que isso requer repensar o PPP à luz de uma pedagogia crítica da autonomia e da resistência, incorporando saberes comunitários e metodologias participativas.

Rego (2024) acrescenta que a análise dos conflitos socioambientais é essencial para compreender as dinâmicas entre empresas, governos e populações atingidas. Dessa forma, trazer o tema do rompimento e seus efeitos ao currículo é um ato político e pedagógico, de enfrentamento ao silêncio institucionalizado e de valorização da memória coletiva.

2.4 A tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” e o enfrentamento do Silêncio Pedagógico no contexto escolar

A inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” no currículo da EDE configura uma ação pedagógica intencional voltada para a possibilidade de romper com “Silêncio Pedagógico” e realizar a promoção de uma educação ambiental crítica. Trata-se de uma proposta que busca ressignificar o papel da escola diante dos impactos socioambientais e humanos decorrentes do RBF, promovendo a reflexão sobre território, memória e reconstrução coletiva.

Para que essa proposta alcance maior consistência pedagógica, torna-se fundamental contextualizar historicamente a atividade mineradora, abordando não apenas seus impactos ambientais, mas também suas dinâmicas econômicas, políticas e sociais. Conforme apontam Antunes-Rocha, De Jesus e De Melo (2025), as narrativas escolares sobre a mineração frequentemente assumem caráter conservador, individualizando responsabilidades e omitindo as estruturas sistêmicas de exploração. Tal omissão reforça o “Silêncio Pedagógico”, pois impede que o currículo problematize as contradições do território.

Hunzicker (2024) acrescenta que, em contextos de rompimento, o ambiente escolar se torna um espaço permeado por tensionamentos, sofrimento coletivo e necessidade de escuta sensível, o que exige mediação cuidadosa por parte dos educadores. Assim, o debate sobre o rompimento deve integrar tanto dimensões técnicas quanto aspectos emocionais, culturais e comunitários, permitindo que o processo educativo contribua para a elaboração das memórias e vivências associadas ao rompimento.

A dimensão da revitalização, por sua vez, deve ser compreendida não apenas como recuperação ambiental, mas como processo político e pedagógico de reconstrução de vínculos, memórias e justiça socioambiental. Nesse sentido, o PPP assume papel central, ao orientar as práticas docentes a partir das vivências, necessidades e saberes da comunidade escolar. Metodologias participativas, como a Sequência Didática Investigativa (Celestino, Reis e Silva, 2020), podem fortalecer o protagonismo estudantil e ampliar o engajamento crítico dos estudantes em torno de temas socialmente relevantes.

Defender a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” é, portanto, defender uma escola que acolhe o território, dialoga com a comunidade e atua como espaço de resistência e esperança. A consolidação dessa proposta exige a incorporação dos conflitos socioambientais ao currículo e a revisão das práticas educativas que, historicamente, sustentam “silêncios” e omissões sobre a realidade local.

Nesse contexto, a EDE configura-se como um campo empírico relevante para a observação de como os princípios da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” vêm sendo incorporados às práticas pedagógicas. A instituição tem desenvolvido ações significativas de enfrentamento do silêncio pedagógico, especialmente a partir de experiências formativas vinculadas ao Programa Escola do Rio Doce. Entre essas ações, destacam-se os PPEs, elaborados e aplicados nos anos de 2022 e 2023, que expressam esforços concretos de integração entre currículo, território e memória coletiva. A análise desses planos, articulada à análise do PPP da escola, será apresentada no capítulo seguinte.

3. ESCOLA EM ANÁLISE

Este capítulo tem por objetivo apresentar e contextualizar a Escola Doce Esperança, objeto desta pesquisa. A partir dessa contextualização, são analisados o Projeto Político Pedagógico da instituição, bem como os Planos Pedagógicos Experimentais (PPEs) nela desenvolvidos, no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento “Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização - Desafios para a Educação Programa de Extensão Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais - Escola do Rio Doce”.

A análise busca compreender, através da análise do PPP e dos PPEs, como os princípios da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” vêm sendo incorporados às práticas pedagógicas da escola, bem como identificar as potencialidades e limitações na promoção de uma educação ambiental crítica, capaz de romper o “Silêncio Pedagógico” e fortalecer o vínculo entre currículo, território e comunidade.

3.1 A Escola Doce Esperança e o contexto de construção do Projeto Político Pedagógico

A Escola Doce Esperança atua nas modalidades de ensino Creche e Educação Infantil desde a sua fundação, em 1997. Considerando as especificidades dessa etapa da escolarização, que demanda a disponibilidade de espaços físicos adequados, o PPP da instituição evidencia a presença de desafios estruturais que incidem diretamente sobre a qualidade do atendimento ofertado a essa faixa etária, com destaque para a inexistência de espaços próprios destinados às atividades esportivas e recreativas, bem como a necessidade de adequações que garantam a acessibilidade de crianças com deficiência.

Mesmo diante dos desafios estruturais, o percurso histórico da instituição revela um vínculo significativo com a história e a cultura local, consolidando-a como um espaço de referência para a comunidade de Barra Longa. O PPP da instituição registra esforços para viabilizar uma educação de qualidade, com corpo docente atualizado, alto índice de assiduidade dos estudantes e envolvimento ativo das famílias. Esses aspectos são fundamentais para consolidar a escola como um ambiente acolhedor e promotor do desenvolvimento integral das crianças.

À luz das considerações apresentadas e da necessidade de romper o Silêncio Pedagógico, torna-se fundamental aprofundar a análise do PPP da Escola Doce Esperança, especialmente no que se refere ao seu processo de elaboração. Compreender quem participou

de sua construção, quais sujeitos tiveram suas vozes incorporadas e quais permaneceram à margem desse processo permite evidenciar os desafios envolvidos na formulação de um documento que precisa expressar, de forma democrática, as demandas da comunidade escolar. Tal análise revela-se ainda mais relevante em um contexto territorial profundamente marcado pelos impactos do RBF.

3.1.1 O Processo de construção do PPP

A partir das reflexões apresentadas, torna-se necessário compreender o processo de elaboração do PPP da Escola Doce Esperança. A análise do documento oficial, disponibilizado pela equipe gestora, permite identificar os desafios envolvidos na formulação de um projeto que deveria refletir as demandas da comunidade escolar, considerando que a escola foi afetada pelo RBF.

O documento foi elaborado em 2019 e apresenta, em sua introdução, dados institucionais e as concepções pedagógicas que norteiam o trabalho desenvolvido pela instituição. Embora afirme a participação da comunidade escolar, apenas três membros da equipe gestora são nomeados como responsáveis pela sua construção.

O PPP traz a informação de que a escola oferece as modalidades de ensino Creche e Educação Infantil, além de atender à Educação Especial - sem estrutura própria. As informações sobre a comunidade escolar são apresentadas em dados quantitativos, com base no Censo Escolar de 2018, incluindo o número total de matrículas e sua distribuição por etapa de ensino, bem como a segmentação dos estudantes por sexo, cor/raça e local de residência. Também são informados o uso do transporte escolar público pelos estudantes, o total de docentes atuantes na escola e sua distribuição conforme as modalidades de ensino ofertada. Percebe-se a ausência de profundidade em aspectos essenciais como objetivos de aprendizagem, organização curricular e estratégias de monitoramento e avaliação.

Em relação ao perfil sociocultural e econômico dos estudantes e de suas famílias, o documento apresenta um delineamento inicial, de forma genérica e impessoal, sem aprofundar a relação entre a escola e seu entorno social. A instituição é classificada como urbana, fato justificado tanto pela localização de seu prédio no perímetro urbano quanto pela distribuição dos estudantes registrada no PPP, em que 85% residem na zona urbana e 15% na zona rural. Apesar dessa predominância urbana, há menções à Educação do Campo nas práticas pedagógicas, evidenciando a necessidade de estratégias educativas que contemplem tanto a realidade urbana quanto às especificidades do contexto rural:

A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual. A educação é um fator determinante do desenvolvimento intelectual, psicossocial e cultural do aluno e deve atender às necessidades do mundo atual, como a adequação à natureza do trabalho na zona rural (Projeto Político Pedagógico da EDE, Barra Longa, 2019).

A concepção de Educação do Campo, adotada no PPP, substitui a noção tradicional de Educação Rural ao reconhecer que campo e cidade compõem uma mesma sociedade interdependente, que não deve ser tratada de forma hierarquizada. Essa concepção reforça o papel da educação como elemento fundamental para o desenvolvimento intelectual, psicossocial e cultural dos estudantes, com ênfase na adequação dos processos pedagógicos às especificidades da realidade rural.

Quanto à participação das famílias na vida escolar das crianças, o PPP reconhece que esse envolvimento afeta diretamente os processos de ensino-aprendizagem. Destaca-se que a escola promove a presença das famílias por meio de reuniões pedagógicas, assembleias e eventos comemorativos. Também é mencionada a atuação conjunta da escola e das famílias em casos de indisciplina, nos quais os responsáveis são convidados para diálogos com o objetivo de buscar soluções compartilhadas.

3.2 A relação entre o PPP da Escola Doce Esperança e a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”

Este tópico traz a análise crítica do PPP da EDE, considerando a participação e a visão da comunidade escolar sobre a aplicabilidade do documento oficial, seu monitoramento e avaliação, além da existência da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” e/ou questões ambientais a ela relacionadas. Nesse mesmo sentido, a análise dos PPEs desenvolvidos na instituição é realizada com ênfase nos itens: foco, público-alvo e metodologia utilizada para a abordagem da tríade.

3.2.1 Análise crítica do PPP e dos Planos Pedagógicos Experimentais da Escola Doce Esperança

3.2.1.1 Análise crítica do PPP

Para a análise crítica do PPP, foram realizadas reuniões entre cursista e articuladora⁶ do

⁶ A articuladora atuou na supervisão pedagógica da EDE entre os anos de 2017 e 2020 e na coordenação pedagógica entre os anos de 2021 e 2024.

Curso de Especialização Escola do Rio Doce, que também exercia a função de coordenadora pedagógica da EDE em 2024. A primeira reunião teve como objetivo apresentar os propósitos do Curso de Especialização e a metodologia que seria utilizada para alcançá-los, além de discutir o PPP, documento disponibilizado anteriormente pela secretaria municipal de educação. A partir da discussão, foi feita a análise crítica, aqui apresentada. O Quadro 03 mostra a sistematização da análise do Projeto Político Pedagógico da EDE, considerando a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”.

Quadro 03 - Sistematização da Análise do PPP da EDE

Assunto	Dados do documento	Análise/considerações
Histórico de construção do PPP	O PPP em análise foi construído no ano de 2019.	O PPP, em 2019, teve sua primeira e única versão. Nos anos anteriores havia um único documento que contemplava doze escolas. Não houve acompanhamento da aplicação do PPP no período entre 2019 e 2024.
	O texto informa participação ampla da comunidade escolar, mas, ao final, lista apenas três nomes da equipe gestora como responsáveis pela elaboração do PPP.	A construção do PPP foi conduzida pela equipe técnica da secretaria, com atuação da supervisora e orientação da SRE, sem participação da comunidade escolar.
Público alvo/ Modalidade de ensino	O documento aponta o atendimento escolar em Creche, Educação Infantil e Educação Especial. Em 2019 atendia 91 estudantes, com faixa etária de 03 a 05 anos, com um quadro de 13 professores.	A escola oferece Creche e Educação Infantil, atendendo a Educação Especial no Ensino Regular com apoio especializado. Em 2024, foram atendidos 84 estudantes de 3 a 5 anos e a equipe docente era de 12 professores.
Acompanhamento da execução do PPP	O documento não contém registros sobre a forma de acompanhamento de seu desenvolvimento.	Não houve acompanhamento do desenvolvimento do PPP entre os anos de 2019 e 2024.
Abordagem sobre a tríade Mineração, Rompimento e Revitalização	Não há registros sobre o assunto no PPP.	Entre 2022 e 2023, cinco professores participaram do curso de aperfeiçoamento sobre Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização, elaborando e desenvolvendo os PPEs em dois grupos, um por ano.

Fonte: elaborado pela autora (2025)

A análise do documento revelou lacunas e contradições no PPP, com informações que divergem da realidade. Em alguns trechos, observa-se uma contradição entre a proposta apresentada e sua efetivação na prática.

O fato de o documento conter a afirmação de que foi construído com a participação de "todos os segmentos da comunidade escolar" em sua elaboração e apenas três membros da equipe gestora serem responsáveis pela sua construção (a supervisora pedagógica, a secretária municipal de educação e uma professora da rede municipal que atuava na secretaria, na época), mostra uma desconexão entre a proposta democrática e sua execução prática.

Nesse sentido, é importante destacar que o currículo não se limita ao que está escrito em documentos, mas se concretiza nas práticas cotidianas da escola. Como discutem Paraíso e Caldeira (2024), muitas vezes o que se observa é a presença de um "currículo vazio" ou de "campos de silêncio", nos quais conteúdos essenciais para a formação crítica e cidadã, como a temática da mineração e seus impactos, são ignorados ou tratados de forma superficial. Esses "silêncios pedagógicos" dificultam a construção de uma educação conectada à realidade dos estudantes e ao território onde vivem.

Embora o PPP da escola mencione a educação ambiental e apresente registros de ações desenvolvidas nessa área, essa abordagem não incorpora a temática da mineração, do rompimento e da revitalização do território, apesar da relevância desse contexto para a comunidade escolar. Porém, o documento registra uma iniciativa de revitalização realizada após o rompimento, que é a parceria com o Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) entre 2018 e 2020, evidenciando a presença dessas ações na prática, mesmo sem a orientação pedagógica formal.

À luz desses elementos, evidencia-se a necessidade de incorporar a tríade "Mineração, Rompimento e Revitalização" ao currículo e ao PPP com o propósito de romper o Silêncio Pedagógico (Antunes-Rocha; Hunzicker, 2022) e oferecer aos estudantes oportunidades de compreender o passado, refletir sobre os conflitos e desigualdades que o atravessam e projetar ações para o futuro.

Nessa perspectiva, é fundamental que o PPP seja compreendido como um espaço de discussão sobre o que se ensina, para quem se ensina e com que finalidade. Revisar e reconstruir esse projeto com maior participação da comunidade escolar, considerando as especificidades do território e os efeitos do rompimento, é um passo importante para romper os silêncios e afirmar a função social da escola em contextos de injustiça socioambiental.

A análise do PPP da Escola Doce Esperança evidencia que, apesar de sua importância como instrumento orientador das práticas escolares, o documento apresenta lacunas

significativas que comprometem sua efetividade. A ausência de mecanismos de acompanhamento, a participação restrita da comunidade escolar em sua elaboração e a inexistência de referências à tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” revelam um distanciamento entre a proposta formal e a realidade vivida no território. Essa desconexão contribui para a manutenção dos “Silêncios Pedagógicos” e impede que a escola cumpra plenamente seu papel social e educativo. Assim, torna-se indispensável repensar o PPP a partir de um processo participativo e contextualizado, capaz de incorporar os conflitos, as memórias e os desafios locais, transformando-o em um instrumento efetivo de reflexão crítica, construção coletiva e promoção da justiça socioambiental.

Por outro lado, embora o PPP não registre o trabalho com a tríade, as ações desenvolvidas pelo CPCD, assim como o desenvolvimento dos PPEs, cuja análise será aprofundada no próximo tópico, evidenciam que a EDE apresenta práticas voltadas à reflexão sobre os impactos do rompimento e aos processos de revitalização do território. Essas iniciativas demonstram que, mesmo sem estarem formalizadas no documento orientador da escola, já existem experiências significativas capazes de promover a problematização da tríade e de contribuir para o rompimento do “Silêncio Pedagógico”.

3.2.1.2 Análise dos Planos Pedagógicos Experimentais

Os PPEs foram elaborados e desenvolvidos durante o curso de aperfeiçoamento intitulado: “Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização - Desafios para a Educação Programa de Extensão Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais - Escola do Rio Doce” nos anos de 2022 e 2023.

Foram analisados seis documentos, produzidos por dois grupos de cursistas. O Grupo 1 (ano de 2022) foi composto por dois componentes e o Grupo 2 (ano de 2023) por seis componentes. Cada equipe produziu e desenvolveu planos idênticos.

- Quanto aos objetivos e ao público-alvo:

Os objetivos gerais apresentados pelos Grupos 1 e 2 diferem em foco, público-alvo e abordagem, apesar de compartilharem uma preocupação com questões ambientais e sociais. O objetivo geral de cada grupo é:

- Grupo 01: construir um processo formativo de conhecimento e reconhecimento da realidade ocorrida na sociedade ao qual pertence, buscando ações práticas que contribuem para uma nova

vida e para a revitalização da área atingida, principalmente a Bacia do Rio Doce.

- Grupo 02: sensibilizar as crianças na faixa de Educação Infantil para a realidade das famílias afetadas pelo RBF e, a partir disso, promover uma reflexão sobre os sonhos e aspirações dessas famílias em relação ao seu futuro após o rompimento da barragem. O foco principal é criar um ambiente de aprendizado empático, onde as crianças possam compreender as dificuldades enfrentadas pelas famílias afetadas e refletir sobre como podem contribuir para um futuro mais esperançoso e solidário para todos.

O Quadro 04 apresenta uma análise dos PPEs elaborados por cada grupo, considerando foco, público alvo e tipo de abordagem.

Quadro 04 - Análise do PPE da EDE, Barra Longa-MG.

Aspecto analisado	Grupo 1	Grupo 2
Foco	Conhecimento e revitalização da realidade social e ambiental impactada, especialmente na bacia do Rio Doce.	Desenvolvimento da empatia e da consciência social nas crianças da Educação Infantil.
Público alvo	Estudantes, gestores e comunidade escolar	Estudantes e suas famílias.
Tipo de abordagem	Propositiva e prática, voltada para ações que gerem transformação na realidade socioambiental.	Lúdica e educativa, com ênfase em exploração sensorial, histórias, jogos e atividades práticas que favorecem a compreensão de conceitos ambientais e sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O quadro compara os PPEs dos dois grupos que desenvolveram seus trabalhos na EDE. O Grupo 1 amplia seu objetivo ao focar na revitalização socioambiental da bacia do Rio Doce, com uma abordagem prática voltada para os alunos, para os gestores e para a comunidade escolar. O Grupo 2, por sua vez, apresenta um objetivo mais aplicável e menos generalizado, voltado para o desenvolvimento da empatia e da consciência social, utilizando uma abordagem lúdica e educativa, com ênfase em atividades sensoriais, histórias e jogos, com a participação das famílias.

• Quanto aos conteúdos e às metodologias:

- Grupo 1: Nos itens “Introdução” e “Justificativa”, é proposto um trabalho a ser desenvolvido em parceria com a comunidade escolar, com o objetivo de fomentar discussões sobre a realidade

local e contribuir para a formação de sujeitos críticos e participativos. Os objetivos do projeto são alinhados aos conteúdos curriculares relacionados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A metodologia apresentada é diversificada e contempla diferentes abordagens pedagógicas para a promoção de um aprendizado significativo, considerando tanto o aspecto teórico quanto prático: aulas expositivas, rodas de conversa com as crianças, aula extraclasse nos arredores da escola, área impactada pelo RBF, contação de histórias com registros pelas crianças através de desenhos, planejamento de ações concretas para a revitalização da Bacia do Rio Doce.

Algumas lacunas foram identificadas após a análise dos documentos:

- Grupo 01: o “planejamento das ações de revitalização” não é descrito no cronograma de atividades desenvolvidas; participação da comunidade escolar, apontada no item “Apresentação”, não é contemplada ao longo do PPE; e não é identificada uma abordagem dos conceitos de mineração e de barragem.

As lacunas apontadas sugerem que o projeto carece de uma conexão mais clara entre os objetivos e as atividades propostas, como a falta de detalhamento das ações de revitalização mencionadas na metodologia e a ausência de envolvimento da comunidade escolar nas atividades. Além disso, a temática da mineração, que é central para o contexto do rompimento, não é suficientemente abordada, deixando de explorar seus aspectos econômicos, benefícios e riscos, o que possibilitaria uma compreensão mais ampla da realidade. Os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades (fotos e vídeos, cartazes, papel sulfite, lápis de cor, giz de cera, TV, pen drive e instrumentos musicais) são coerentes com a proposta de atividades desenvolvidas.

- Grupo 2: O conteúdo do PPE apresenta uma proposta pedagógica sensível e adaptada para trabalhar com crianças da Educação Infantil a temática do RBF e suas consequências ambientais e sociais, com o desenvolvimento de atividades coerentes a essa proposta. O desastre ambiental é apresentado como um tema relevante e atual, introduzido de forma acessível e sensível às crianças. A exploração dos sonhos das famílias afetadas facilita a conexão emocional e desperta o interesse dos estudantes pelo assunto. Inspirado por Carvalho (2008), o projeto visa formar "sujeitos ecológicos", com uma abordagem pautada em valores éticos e atitudes responsáveis.

A metodologia contempla: rodas de conversa, contação de histórias e atividades sensoriais, reflexão sobre os sonhos pessoais das crianças e das famílias afetadas, atividades práticas como o plantio de árvores e a reciclagem, abordagem de valores como compaixão, empatia e solidariedade, e parceria com as famílias.

O desenvolvimento do projeto envolve atividades que abordam o contexto do desastre de maneira sensível e acessível, promovendo a empatia por meio de histórias e atividades sensoriais. As crianças são incentivadas a compartilhar seus próprios sonhos e a refletir sobre como podem ajudar as famílias afetadas a alcançarem seus objetivos. Atividades práticas, como plantio de árvores e projetos de reciclagem, são incorporadas para fortalecer o compromisso ambiental (PPE Grupo 2, 2023).

Foi identificada apenas uma lacuna, após a análise: a ausência da abordagem dos conceitos de mineração e de barragem. O Grupo 1 também apresentou essa lacuna.

O conteúdo do documento alia a sensibilidade pedagógica à formação socioambiental, promovendo valores que podem impactar tanto as crianças quanto a comunidade. As atividades desenvolvidas estão em consonância com todo o conteúdo do PPE, contemplando os objetivos propostos.

• Análise da avaliação registrada nos PPEs:

Hoffmann (2012, p. 13) enfatiza que "avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões, com a intenção de favorecer ao máximo o seu desenvolvimento". Sob essa perspectiva, foram analisadas as estratégias de avaliação dos Grupos 1 e 2.

- Grupo 1: O Grupo 1 traz uma abordagem avaliativa centrada na observação dos efeitos positivos e negativos do trabalho, considerando tanto o desenvolvimento individual quanto coletivo das crianças. Valoriza as opiniões, os questionamentos e as intervenções das crianças, reconhecendo-as como agentes ativas no processo de aprendizagem, capazes de observar, refletir, questionar e formular conclusões. Essa visão reforça a ideia de que o aprendizado deve ser natural e espontâneo.

Para garantir resultados satisfatórios, o educador desempenha um papel crucial ao planejar, organizar, monitorar e mediar as práticas e interações, assegurando a diversidade de situações e promovendo o conhecimento integral da criança, além de respeitar suas necessidades e ritmos de aprendizagem.

- Grupo 2: Propõe um processo de avaliação contínua e qualitativa, baseada na observação atenta, documentação visual (fotos e vídeos), autoavaliação das crianças, atividades criativas (como desenhos e colagens), participação ativa nas atividades práticas, e *feedback* dos pais. Além disso, promove reflexões em grupo e avaliações formativas durante o projeto, para ajustes contínuos.

Os dois grupos abordam diferentes estratégias de avaliação que, se bem implementadas, podem permitir que os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seu aprendizado. No Grupo

1, a valorização das opiniões, reflexões e intervenções das crianças, aliada ao papel ativo do educador em planejar e mediar interações, cria um ambiente onde cada aluno pode participar de forma espontânea e natural. No entanto, a abordagem carece de exemplos práticos que assegurem que as crianças mais tímidas ou com dificuldades sejam igualmente contempladas. Já o Grupo 2, ao propor uma avaliação contínua e diversificada, que inclui observação, atividades criativas e *feedback* dos pais, oferece um espectro mais amplo de oportunidades para que as crianças expressem seu aprendizado, com o propósito de atender às suas particularidades. Essa abordagem também enfatiza a flexibilidade para adequações, o que aumenta a inclusão de diferentes perfis de alunos.

A avaliação deve priorizar o bem-estar e o desenvolvimento das crianças, sem focar em resultados quantitativos, sendo uma ferramenta para aprimorar o projeto e atender às necessidades das crianças.

- Considerações sobre a análise dos Projetos Pedagógicos Experimentais:

O estudo evidencia a importância dos PPEs na EDE, em Barra Longa-MG, como ferramentas para integrar questões socioambientais ao ensino, especialmente em um contexto marcado pelo rompimento da Barragem de Fundão. As propostas analisadas demonstram esforços para romper o Silêncio Pedagógico que limita a abordagem crítica sobre o RBF e suas consequências (Antunes-Rocha e Hunzicker, 2022) e promover a formação crítica, a empatia e o engajamento comunitário. As abordagens apresentadas nos PPEs, embora distintas, mostram potencial para conectar estudantes às realidades locais e aos desafios ambientais.

Apesar das lacunas encontradas, como a ausência de aprofundamento nos temas de mineração e barragens, essenciais para uma compreensão ampla do contexto, os PPEs destacam o papel transformador da educação ao valorizar a participação ativa de crianças, famílias e comunidade. Essas iniciativas reforçam a relevância de práticas pedagógicas alinhadas às necessidades locais e comprometidas com a formação de sujeitos capazes de agir de forma crítica e responsável em seu meio.

4. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E CULTURA: O PPEE DA ESCOLA DOCE ESPERANÇA COMO INSTRUMENTO DE RESSIGNIFICAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL DIANTE DOS IMPACTOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM BARRA LONGA-MG

Após dez anos do rompimento da Barragem de Fundão, em 2025, seus impactos permanecem evidentes em Barra Longa/MG, afetando diretamente as instituições escolares, o patrimônio cultural e o cotidiano comunitário. Esses efeitos materializam o que Medina et al. (2020) conceituam como abandono social, processo marcado pela morosidade das ações reparatórias e pela intensificação das perdas ao longo do tempo.

A revitalização do município transcende o campo físico e material, configurando-se como um processo de reconstrução simbólica e educativa. Nesse contexto, a escola assume o papel de articular memória, identidade e território.

4.1 Análise dos Impactos do RBF em Barra Longa-MG

O rompimento da Barragem de Fundão gerou impactos expressivos em Barra Longa-MG, incidindo, de forma particular, sobre o meio ambiente, as instituições de ensino, o patrimônio cultural e o cotidiano das comunidades locais.

No âmbito ambiental, os danos foram devastadores e de longa duração, comprometendo o solo, a vegetação e os recursos hídricos da região. Nesse sentido, Andrade (2018) destaca:

Barra Longa foi um dos municípios mineiros atingidos pelo desastre, tendo sofrido significativo impacto ambiental e danos ao patrimônio cultural material. A lama atingiu a área urbana do município, o distrito de Gesteira, invadindo e danificando espaços públicos, edificações, igrejas, fazendas, hortas, causando a destruição de plantações nas áreas rurais e impactando os rios do Carmo e Gualaxo do Norte (2018, p. 19).

Tais efeitos evidenciam a extensão dos prejuízos socioambientais provocados pelo rompimento, cujas consequências ainda se fazem presentes no território e na vida dos moradores em 2025.

No campo cultural, os impactos do RBF revelam-se nos elementos que compõem a identidade e a memória coletiva de Barra Longa. A destruição e o comprometimento de residências e edificações históricas alteraram a paisagem urbana e a relação da população com o território, rompendo vínculos afetivos e espirituais construídos ao longo de gerações. A

deterioração desses bens não se restringe ao valor material, mas representa também o enfraquecimento de referências culturais e do sentimento de pertencimento da comunidade.

Nesse sentido, a demora do processo de restauração do patrimônio cultural é outro fator que demonstra os limites do processo reparatório e a complexidade da reparação integral dos danos. A Igreja Matriz de São José, símbolo de identidade e fé para a comunidade local, marco da arquitetura barroca mineira do século XVIII, permanece fechada em 2025, com a estrutura comprometida e com escoras (Fig. 3; 1) para a sustentação das paredes. De modo semelhante, outros edifícios considerados patrimônio cultural permanecem com as obras inacabadas. Destacam-se, entre eles, o edifício do Hotel Xavier (Fig. 3; 2) e um prédio residencial (Fig. 3; 3), cuja fachada ostenta a data de 1923. Essa situação evidencia não apenas a fragilidade das ações reparatórias promovidas pelas instituições responsáveis, mas também a extensão dos impactos sociais e culturais sobre a comunidade local, reforçando a necessidade de uma abordagem crítica e integrada que considere a educação, a memória e o patrimônio cultural na avaliação dos efeitos do rompimento da barragem.

Figura 03- Fachada de prédios considerados patrimônio cultural de Barra Longa. 1 - Igreja Matriz de São José. 2 - Hotel Xavier. 3 - Prédio residencial.



Fonte: Acervo da autora (2025)

A situação da igreja foi retratada por Ferreira (2025), em reportagem publicada no Portal G1 Minas Gerais, em 12 de junho de 2025:

A Igreja de São José, fundada no século XVIII, está com a estrutura comprometida, e a reforma segue parada. Há quase oito anos, a igreja está fechada. Tapumes cercam toda a área. [...] De acordo com o Ministério

Público de Minas Gerais, a restauração é responsabilidade da Samarco, conforme prevê acordo de repactuação de 2024 que estabelece obrigações das empresas responsáveis pelo desastre de Mariana (Ferreira, 2025).

A permanência dessa situação evidencia o impacto material do RBF e a continuidade dos efeitos sociais e simbólicos causados pela demora na execução das ações de reparação. A paralisação das obras e o prolongado fechamento de um importante patrimônio cultural e religioso local ilustram um cenário que ultrapassa o campo da infraestrutura física, atingindo dimensões identitárias, comunitárias e afetivas.

Esse contexto expressa a compreensão proposta por Medina *et al.* (2020), para quem situações como essa refletem um processo mais amplo e profundo, denominado pelos autores como abandono social:

[...] a morosidade das ações de reparação e compensação contribui para ampliar danos e perdas ao longo do tempo, num processo de abandono social no decorrer das reparações que incrementa progressivamente as chances de os danos se tornarem irreparáveis (Medina *et al.*, 2020).

O abandono social apontado por Medina *et al.* (2020) não apenas intensifica a degradação da infraestrutura física, como também compromete aspectos simbólicos e subjetivos do processo de reparação, aumentando o risco de que os danos se tornem irreversíveis. Nesse sentido, Leandro Silva de Paula (2024) aponta:

Diante do exposto, constata-se que o patrimônio é um campo de experiências, sensibilidades e também um campo de educação. Precisamos pensar em meios pelos quais auxiliaremos a preservação do patrimônio cultural impactado pela mineração em regiões atingidas ao entorno da bacia do Rio Doce e compartilhar o conhecimento de forma coletiva. Carecemos também rememorar hábitos de vida típicos locais, elementos artísticos, saberes e objetos ornamentais daquela comunidade (Paula, 2024, p. 24).

Para além dos danos ambientais e materiais, o RBF comprometeu o funcionamento das escolas, impactou práticas pedagógicas e alterou a dinâmica das comunidades escolares, efeitos ainda observados no município de Barra Longa em 2025. Essas repercussões se materializaram de forma concreta no cotidiano de uma escola (EDE) que precisou reorganizar suas atividades diante das perdas estruturais e simbólicas provocadas pelo rompimento, conforme observa Melo (2025):

Enquanto o prédio atingido passava por reformas, a instituição funcionou na estrutura provisória de um imóvel comercial alugado e adaptado em outro endereço da mesma cidade por quase dois anos. [...] Nesse cenário do pós-

rompimento, as crianças vivenciaram as dimensões dos impactos na escola, em suas casas e na cidade (Melo, 2025, p. 76).

Essa vivência descrita por Melo (2025) revela não apenas os efeitos imediatos do rompimento, mas também o prolongamento das fragilidades institucionais enfrentadas pela comunidade escolar. Nessa perspectiva, de acordo com depoimento concedido pela articuladora e coordenadora da EDE em 2024, durante a reunião de apresentação do PPP, etapa inicial desta pesquisa, as ações voltadas à escola entre 2015 e 2024 limitaram-se à doação de equipamentos e materiais escolares, ao apoio em festividades e à realização de projetos pontuais destinados a estudantes e docentes (Célia⁷, 2024). A ausência de iniciativas estruturais e permanentes evidenciou a necessidade de elaboração do PPEE, concebido como uma estratégia para integrar a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” ao cotidiano escolar, fortalecendo o papel transformador da educação frente aos desafios locais.

A morosidade das intervenções no campo educacional revela outra faceta desse problema, pois persistem lacunas estruturais, pedagógicas e simbólicas, como a existência do Silenciamento Pedagógico (Antunes-Rocha; Hunzicker, 2022), caracterizado pela dificuldade de abordar de forma crítica o RBF e suas consequências no ambiente escolar. Tais ausências e omissões refletem-se em práticas pedagógicas fragilizadas, frequentemente distantes de uma abordagem crítica sobre o rompimento da barragem, configurando um “silêncio” tanto ritual quanto pedagógico - uma omissão que afeta diretamente a construção da identidade e da memória coletiva da comunidade atingida.

A permanência dos impactos do RBF revela que as suas consequências continuam moldando a vida cotidiana, as relações comunitárias e as práticas educacionais em Barra Longa. Nesse cenário, a escola emerge como espaço estratégico para ressignificar essas experiências, promovendo processos coletivos de reconstrução social. Ao incorporar a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” ao currículo e ao cotidiano pedagógico, a instituição amplia seu papel para além do ensino formal, tornando-se agente de resistência, justiça socioambiental e revitalização. A construção e implementação do PPEE representam, assim, um caminho para o fortalecimento do protagonismo comunitário e reafirmação da educação como instrumento de transformação do território.

As fragilidades do processo reparatório se manifestam nas práticas escolares, onde predomina o Silenciamento Pedagógico (Antunes-Rocha; Hunzicker, 2022), marcado pela dificuldade de tratar criticamente o rompimento e seus efeitos. Nesse cenário, a Roda de

⁷ Nome fictício dado à coordenadora pedagógica da EDE.

Conversa realizada na EDE, em 2024, etapa importante para a construção do PPEE, configurou-se como espaço de mobilização comunitária, destacando a importância da inserção da tríade Mineração, Rompimento e Revitalização no PPP da escola.

A inserção dessa temática na prática pedagógica da EDE, por meio da elaboração e execução do PPEE, tem como finalidade superar lacunas estruturais e simbólicas, reafirmando a escola como espaço de memória, de reflexão crítica e de fortalecimento da cidadania, ao considerar o enfrentamento dos desafios socioambientais contemporâneos vivenciados pela população de Barra Longa.

Diante dos impactos provocados pelo RBF, que resultaram na destruição de escolas, na morosidade da reparação do patrimônio cultural e na manutenção de práticas de caráter assistencialista, impõe-se a necessidade de uma análise sistemática das dimensões pelas quais essa tragédia incide sobre a realidade educacional e comunitária de Barra Longa. Ao incorporar as temáticas de “Mineração, Rompimento e Revitalização” ao currículo, a educação passa a ressignificar as experiências vividas e reafirma sua função social como agente ativo na construção de novos sentidos para o futuro do território.

Nesse contexto, as categorias analíticas apresentadas no Quadro 05 permitem compreender esse processo a partir de três eixos interdependentes: (i) impactos socioambientais, que evidenciam os efeitos do rompimento sobre o território e o meio ambiente; (ii) impactos educacionais, que destacam as consequências diretas sobre a destruição das escolas, a alteração da rotina da comunidade educacional e a fragilidade das práticas pedagógicas; e (iii) rompimento do silêncio pedagógico, referente à necessidade de estratégias e práticas que promovam a participação, a reflexão crítica e a articulação entre currículo, comunidade e memória local.

Quadro 05 - Categorias analíticas

Categoria Analítica	Diagnóstico: Situação Inicial	Processo de Construção	Implementação e Monitoramento
Impactos socioambientais	Impactos do RBF no território barralanguense: perdas sociais e culturais, desestruturação de vínculos comunitários, precarização de espaços de sociabilidade e morosidade na reparação de	Discussões em Rodas de Conversa, seminários e reuniões; resgate de memórias locais; fortalecimento da identidade territorial e reconhecimento das marcas sociais e culturais do rompimento.	Integração das dimensões sociais e culturais ao currículo; escola como espaço de preservação da memória coletiva e de reconstrução identitária; monitoramento das

	patrimônios culturais, como a Igreja Matriz de São José (Medina et al., 2020).		ações para evitar o esquecimento social.
Impactos educacionais	Danos causados à EDE; alteração da rotina da comunidade escolar; práticas pedagógicas fragmentadas; restrição das ações reparatórias a projetos pontuais; desconhecimento generalizado do PPP e existência do “Silêncio Pedagógico” (Antunes-Rocha; Jesus; Melo, 2025).	Construção coletiva do PPEE via Roda de Conversa, seminário e reuniões para sistematização de ideias; articulação de saberes comunitários com conteúdos escolares; valorização das memórias e experiências locais; incentivo à autoria de estudantes e professores e integração da tríade Mineração, Rompimento e Revitalização ao planejamento escolar.	Aproximação efetiva entre escola e comunidade; projetos temáticos e metodologias participativas; fortalecimento da escola como espaço de cidadania, memória e reflexão crítica; reconstrução participativa do PPP.
Rompimento do silêncio pedagógico	PPP elaborado em 2019 com prazo reduzido e modelo pré-estabelecido pela SRE responsável; ausência de participação da comunidade escolar; documento pouco conhecido; PPEs fragmentados desenvolvidos em grupos; prevalência de práticas pedagógicas tradicionais e pouco contextualizadas.	Revisão coletiva do PPP; incentivo a metodologias ativas, práticas interdisciplinares e produção de materiais autorais, como o livro “A Capibara e a Barra Lama”, escrito por estudantes da Escola Estadual Claudionor Lopes, sob orientação da professora Edir Machado de Magalhães Carneiro (2025); consolidação do PPEE como eixo estruturante.	Implementação inicial do PPEE com integração curricular; avaliação contínua prevista; fortalecimento da gestão democrática; articulação entre currículo oficial e currículo em ação; consolidação de práticas pedagógicas voltadas à consciência crítica e ao protagonismo estudantil; adoção de mecanismos de acompanhamento contínuo do PPP.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A análise das categorias apresentadas permite identificar, de forma mais precisa, os principais desafios e as possibilidades que se colocam para a implementação e consolidação do PPEE. A sistematização em torno dos impactos socioambientais, dos impactos educacionais e

do rompimento do Silêncio Pedagógico evidencia tanto os limites estruturais e institucionais herdados do processo de reparação, quanto as oportunidades de transformação pedagógica e social que emergem da experiência coletiva da escola e da comunidade. Essas três dimensões, interdependentes e complementares, oferecem um panorama abrangente sobre as condições reais de atuação do projeto, permitindo compreender como os efeitos do RBF se desdobram nas esferas ambiental, educacional e cultural. A seguir, são apresentados os principais desafios e as possibilidades identificadas em cada uma dessas categorias analíticas.

(i) Impactos socioambientais

Desafios: Persistência dos danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão; lentidão nos processos de reparação; abandono de estruturas comunitárias e culturais; risco de naturalização da tragédia no cotidiano escolar.

Possibilidades: Utilização do espaço escolar como lugar de memória e resistência; articulação entre ensino, território e comunidade para problematizar os efeitos da mineração; valorização do patrimônio cultural e ambiental como conteúdos pedagógicos críticos.

(ii) Impactos educacionais

Desafios: Baixa participação da comunidade escolar na elaboração do PPP; práticas pedagógicas fragmentadas e assistencialistas; persistência do “silenciamento pedagógico” frente ao rompimento; descontinuidade dos projetos e falta de integração curricular.

Possibilidades: Fortalecimento da construção coletiva do PPEE como espaço de escuta e diálogo; promoção de rodas de conversa, seminários e ações interdisciplinares; integração entre saberes escolares e saberes locais; desenvolvimento de projetos que deem voz a estudantes, famílias e professores na reconstrução da memória coletiva; e reconstrução participativa do PPP.

(iii) Rompimento do Silêncio Pedagógico

Desafios: Lacunas na socialização e acompanhamento do PPP; ausência de políticas estruturadas para incorporar criticamente a temática da mineração; fragilidade de monitoramento das ações pedagógicas; risco de manutenção de práticas descoladas da realidade local.

Possibilidades: Inclusão da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” como eixo estruturante do PPEE; valorização da interdisciplinaridade e da educação patrimonial; construção de estratégias contínuas de avaliação e monitoramento; consolidação do PPEE como

referência para repensar políticas educacionais em territórios atingidos; e a adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação contínuos do PPP.

A partir da reflexão sobre os desafios e possibilidades diagnosticados, é possível perceber que a consolidação do PPEE demanda o enfrentamento de condicionantes estruturais, tais como a limitada participação da comunidade escolar, a insuficiência de recursos materiais e humanos e a persistência do “silenciamento pedagógico”. Por outro lado, abre-se a perspectiva de valorização das memórias locais, do fortalecimento da gestão democrática e da integração entre currículo e território. Assim, o PPEE transcende a condição de resposta pontual ao rompimento, constituindo-se como estratégia de transformação educacional e social, orientada para a ressignificação das práticas pedagógicas e para a promoção de processos de reconstrução crítica e participativa no contexto escolar de Barra Longa-MG.

4.2 PPEE: a inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” no PPP da Escola Doce Esperança

A elaboração do PPEE da Escola Doce Esperança fundamentou-se na articulação entre documentos institucionais, demandas da comunidade e desafios socioambientais, adotando a metodologia da pesquisa-ação (Laranjeira, Silva, 2024). O processo de construção e de implementação inicial do documento caracterizou-se pela participação coletiva e dialógica, contemplando as seguintes etapas: realização de Roda de Conversa com a comunidade escolar; seminário com a equipe pedagógica e representantes da comunidade; reuniões com a articuladora para a sistematização das experiências e consolidação do texto-base do PPEE.

4.2.1 Roda de Conversa: contribuições da comunidade escolar para o PPEE

A participação da comunidade escolar no processo de construção do PPP possibilita a apropriação coletiva do documento, fortalecendo a gestão democrática e promovendo a consolidação do currículo enquanto espaço de memória e reflexão crítica.

Além de seu caráter formativo e participativo, a Roda de Conversa constituiu-se também como um instrumento de pesquisa, inserido nos procedimentos metodológicos adotados neste estudo. Conforme destaca Silva (2024):

Entretanto, a Roda de Conversa também se constituiu enquanto um instrumento de pesquisa, como parte de procedimentos metodológicos de pesquisas que utilizam do registro das narrativas produzidas pelos sujeitos, sobre o seu fazer e sobre o seu território, como base de dados que são fontes primárias que ao serem analisadas e socializadas ampliam o entendimento coletivo sobre a realidade (Silva, 2024. p. 24).

Nesse sentido, o encontro constituiu-se como um espaço de escuta e sistematização das experiências, percepções e sugestões de famílias, estudantes e profissionais da escola, ressaltando a importância do engajamento coletivo para a construção do PPEE. A Roda de Conversa foi organizada segundo etapas previamente definidas, descritas a seguir:

- a. Planejamento - realizado em reunião entre cursista e articuladora/coordenadora da escola, com definição de objetivos, apresentação e das questões norteadoras, aqui listadas: Qual o papel da escola na vida dos estudantes? Você sabe o que é o Projeto Político Pedagógico? Conhece o PPP da escola? Participou da sua construção? A EDE foi parcialmente destruída pela lama da mineradora em 2015. Você também se considera atingido (a) pelo Rompimento da Barragem de Fundão? Quais impactos as famílias da comunidade sofreram na época do rompimento? Você conhece alguma ação desenvolvida na escola para mitigar esses impactos? Você considera importante incluir o tema “mineração” no PPP da escola? Que sugestões daria para o desenvolvimento de um trabalho na escola voltado à revitalização pós-rompimento? Considerando que Barra Longa está em uma área de mineração sujeita a impactos socioambientais, como a escola pode preparar os estudantes para que sejam capazes de reivindicar ações de preservação e segurança junto à mineradora Samarco?
- b. Definição da data do encontro;
- c. Convite e mobilização da comunidade escolar;
- d. Preparação do ambiente em formato circular e organização de materiais;
- e. Condução da Roda de Conversa, incluindo apresentação das questões, estímulo à participação e registro das contribuições;
- f. Encerramento, com síntese das discussões, agradecimentos e encaminhamentos; e
- g. Análise e sistematização dos dados, considerando reflexões, sugestões e observações registradas durante o encontro. O Quadro 06 apresenta a organização e análise das informações obtidas.

Quadro 06 - Sistematização das respostas da Roda de Conversa.

Questões / Temas abordados	Respostas / Reflexões da comunidade escolar	Observações
Comparecimento da comunidade escolar	Apenas três mães compareceram para representar o segmento de pais, embora a escola tenha 84 estudantes (as mães presentes participaram ativamente); Não houve a participação de todos os profissionais da instituição.	As mães e os professores presentes questionaram a pouca participação da comunidade escolar e reconheceram a importância da participação de todos nas decisões da escola.

Conhecimento sobre o documento - PPP	Apenas a cursista e a articuladora conheciam o PPP da escola.	Não houve apresentação e acompanhamento do PPP desde a sua elaboração.
Discussões/considerações sobre a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”	Todas as pessoas presentes se sentem atingidas; Houve relatos dos “grandes” transtornos causados pelo rompimento, inclusive no ambiente escolar, uma vez que o prédio escolar foi destruído pela lama.	Os professores e as mães presentes reconheceram a existência do “Silêncio Pedagógico” e consideraram importante a inserção da tríade no PPP da escola.
Sugestões da comunidade escolar para o PPP	Desenvolver projetos temáticos (especialmente sobre a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização e sobre o Meio Ambiente) com ações concretas, como o plantio de árvores que se adaptem ao tipo de solo, envolvendo as famílias; Adotar uma metodologia adequada à faixa etária das crianças; Realizar aulas práticas com as crianças, focadas no planejamento e cultivo de plantas de pequeno porte nos arredores da escola; Estabelecer uma data anual para abordar o assunto da tríade: próxima a 05 de novembro, dia em que aconteceu o rompimento; Promover visitas aos locais afetados pela lama.	Houve a inserção das sugestões apontadas pela comunidade escolar no PPEE. As demandas apontadas pela comunidade escolar apontaram elementos para o desenvolvimento dos temas das categorias analíticas.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A discussão e análise do PPP da Escola Doce Esperança, realizada em formato de Roda de Conversa, evidenciaram desafios e possibilidades no contexto educacional de Barra Longa-MG. Durante o encontro, foram abordados aspectos relevantes, como a mobilização da comunidade escolar na construção do documento, o desconhecimento geral sobre o PPP, os impactos da mineração na rotina da comunidade e o conceito de Silêncio Pedagógico (Antunes-Rocha; Hunzicker, 2022). O espaço configurou-se como um momento importante de escuta, troca de experiências e reflexão coletiva, favorecendo o surgimento de ideias e sugestões voltadas à elaboração de estratégias e ações mais alinhadas às demandas da escola e às marcas deixadas pelo RBF.

Apesar da relevância do encontro, a participação da comunidade foi limitada: apenas três mães compareceram, representando um número reduzido diante dos 84 estudantes matriculados. Ainda assim, as representantes participaram ativamente das discussões,

demonstrando o potencial de engajamento da comunidade escolar. Em contrapartida, observou-se a ausência de parte significativa dos profissionais da escola, o que revela certo distanciamento em relação ao processo de construção coletiva do PPP e enfraquece o princípio da gestão democrática. Essa realidade reforça a necessidade de desenvolver estratégias mais eficazes de mobilização, de modo a ampliar a participação e assegurar que o documento final reflita as reais necessidades e expectativas da comunidade escolar.

A dinâmica da Roda de Conversa também evidenciou fragilidades no processo de elaboração e implementação do PPP. Constatou-se que o documento foi construído a partir de um modelo disponibilizado pela Superintendência Regional de Ensino responsável pela rede municipal de Barra Longa. De acordo com o relato da coordenadora pedagógica (Célia, 2024), “o prazo curto para a entrega do documento impossibilitou a participação efetiva da comunidade escolar em sua elaboração”. A ausência de acompanhamento e monitoramento do PPP contribuiu para o desconhecimento generalizado sobre seu conteúdo. Apenas a articuladora da escola e a cursista demonstraram familiaridade com o documento, enquanto a maioria dos docentes não teve acesso a ele. Tal lacuna é preocupante, considerando que o PPP deve funcionar como eixo estruturante das práticas pedagógicas e do planejamento escolar.

A partir dessas discussões iniciais, a Roda de Conversa também se configurou como um espaço de escuta e partilha das experiências vividas pela comunidade diante dos efeitos do rompimento da Barragem de Fundão. Durante o encontro, foram igualmente destacados os impactos da mineração e do RBF na vida da comunidade escolar.

Uma mãe presente na Roda de Conversa, residente em um sítio às margens do Rio Carmo, local onde está instalada sua empresa, relatou suas vivências à época, enfatizando as perdas decorrentes do episódio:

Nós tivemos muito prejuízo, a empresa parou de funcionar e tivemos que interromper a produção pois parte do nosso processo produtivo foi invadido pela lama. Ficamos alguns dias sem acesso à fazenda e sem saber o que tinha acontecido. [...] A lama afetou muito o meio ambiente em Barra Longa. Mais do que a gente possa imaginar. Observamos na época que as libélulas sumiram assim como as borboletas azuis, que apareciam com frequência na fazenda (Mãe de estudante, Josefa⁸, 2024).

O depoimento evidencia a profundidade dos impactos ambientais e econômicos experimentados pela comunidade local, reforçando a necessidade de incorporar essas vivências ao processo educativo e à reconstrução coletiva da memória e da identidade territorial. Nesse sentido, torna-se imprescindível que o PPP da escola contemple a dimensão ambiental de forma

⁸ Nome fictício utilizado para a mãe da estudante.

transversal, considerando os impactos vividos pela população do campo, que também integra o público-alvo da EDE, e suas necessidades específicas. A inclusão dessas perspectivas no PPP possibilita não apenas uma compreensão mais ampla das consequências do rompimento, mas também o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à valorização do território, à sustentabilidade e à justiça socioambiental.

Nessa mesma direção, outros relatos apresentados pela comunidade escolar ampliam a compreensão sobre a extensão dos danos provocados pelo rompimento, revelam os transtornos vividos pelos moradores, incluindo as perdas emocionais, a destruição ambiental, o comprometimento estrutural do prédio da EDE e a devastação do patrimônio cultural do município, com destaque para o fechamento da Igreja Matriz de São José e a demora em sua restauração. Esses episódios evidenciam a dimensão pedagógica e cultural das perdas, refletindo diretamente sobre a memória e a identidade coletiva local. Expressam a dimensão pedagógica e simbólica das perdas, evidenciando como o rompimento afetou profundamente a memória, a identidade coletiva e o sentido de pertencimento da comunidade.

A discussão também revelou a presença do “Silêncio Pedagógico” em relação a essa temática, uma vez que não há uma abordagem estruturada sobre o rompimento e seus efeitos no currículo escolar. Diante dessa realidade, os participantes reconheceram a urgência de romper esse “silêncio”, através da inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” como eixo articulador do PPEE.

Nesse contexto, o depoimento da professora Maria⁹, que atuava na EDE em 2015 e vivenciou de perto os transtornos causados no ambiente escolar, reforça a importância de ressignificar as práticas pedagógicas a partir das experiências locais. Ao relatar sua participação no Curso de Aperfeiçoamento “Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização - Desafios para a Educação Programa de Extensão Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios atingidos pelo RBF em Minas Gerais - Escola do Rio Doce”, a professora evidencia como esse processo formativo possibilitou romper o seu próprio “Silêncio Pedagógico”:

Trabalhar com o tema Mineração para mim, que vi de perto a escola cheia de lama, não foi fácil. Voltar no mesmo lugar onde senti tanta tristeza para falar sobre esse tema tão complexo, e para crianças tão pequenas, foi um desafio muito grande. Quando elaborei o PPE, pude refletir e percebi que era possível. Resolvi entrar no universo das crianças e, para isso, minha colega e eu criamos a história chamada “Uma história real”. Percebi que romper o tão falado Silêncio Pedagógico era possível, pois o trabalho deu muito resultado (Depoimento da professora Maria, 2024).

⁹ Nome fictício da professora que deu o depoimento na Roda de Conversa.

O relato da professora Maria (2024) expressa o movimento de reconstrução simbólica que perpassa o trabalho pedagógico desenvolvido na escola, demonstrando que o enfrentamento do “silêncio” é também um exercício de elaboração coletiva da dor e de fortalecimento do vínculo entre escola e território. Assim, essa proposta busca consolidar a memória dos impactos vividos pela comunidade e promover uma educação crítica e transformadora.

Nesse mesmo sentido, o processo de escuta e diálogo com a comunidade escolar possibilitou a formulação de propostas que reforçam a integração da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” ao cotidiano educativo. Entre as sugestões apontadas pela comunidade escolar para a construção do PPEE, destacam-se:

- Estabelecer uma data para tratar da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”, próxima ao dia 5 de novembro (data do aniversário do RBF);
- Desenvolver projetos temáticos sobre meio ambiente, com ações concretas envolvendo as famílias;
- Adotar metodologias adequadas à faixa etária das crianças ao abordar a tríade;
- Promover visitas aos locais atingidos pelo rompimento, observando o processo de revitalização e as marcas deixadas pelo RBF.

Essas propostas indicam a possibilidade de transformar um acontecimento trágico em um aprendizado significativo, conectando o trabalho escolar à realidade local e fortalecendo o vínculo entre escola, território e comunidade.

Por outro lado, a Roda de Conversa também revelou caminhos de transformação. A incorporação da temática “Mineração, Rompimento e Revitalização” ao currículo formal e às práticas escolares representa uma oportunidade de romper o Silêncio Pedagógico (Hunzicker; Antunes-Rocha, 2022), ressignificando a escola como espaço de memória, reflexão crítica e construção da cidadania, elementos essenciais à superação dos traumas coletivos e ao fortalecimento dos laços comunitários. As sugestões apresentadas, como projetos interdisciplinares, visitas pedagógicas e integração curricular, apontam para um currículo mais significativo e contextualizado, capaz de articular o “currículo oficial” ao “currículo em ação”.

Superar as fragilidades identificadas requer um planejamento estratégico contínuo, que garanta o engajamento efetivo da comunidade escolar e valorize sua participação ativa. A Roda de Conversa, enquanto marco inicial do processo de elaboração do PPEE, demonstra um potencial transformador, convertendo a escola em um espaço de conscientização, memória e reconstrução coletiva.

Como etapa subsequente à Roda de Conversa, foram desenvolvidas duas atividades fundamentais para o avanço do processo participativo: o seminário com a comunidade escolar

e, posteriormente, uma reunião com a articuladora e especialista em educação, voltada à sistematização e construção do texto final do documento.

O Seminário, realizado de forma remota via *Google Meet* em 02 de abril de 2025, contou com a participação da cursista, da articuladora, de três professoras, de duas mães de estudantes e do subsecretário municipal de educação. O encontro funcionou como um espaço de diálogo e aprofundamento, consolidando as contribuições levantadas na Roda de Conversa, especialmente sobre a inserção da tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” no planejamento pedagógico. A presença das mesmas professoras que participaram da etapa anterior garantiu continuidade e legitimidade ao processo.

Posteriormente, foi realizada uma reunião entre a cursista e a articuladora e especialista em educação da EDE, com o objetivo de discutir e incorporar as reflexões e propostas da comunidade escolar identificadas nas etapas anteriores. Essa fase permitiu organizar as contribuições em atividades e metodologias a serem implementadas, consolidando o PPEE como resultado de um processo coletivo, pautado no diálogo, na escuta e na valorização das experiências locais. A partir desse movimento de sistematização e continuidade das ações participativas, teve início a etapa de elaboração formal do PPEE.

4.2.2 O Projeto Pedagógico Experimental da Escola Doce Esperança

O Projeto Pedagógico Experimental da EDE, intitulado “Educar para Transformar: Mineração, Rompimento e Revitalização no contexto escolar e social”, surge como resposta aos impactos do RBF, que atingiu diretamente Barra Longa-MG. A proposta busca integrar a tríade Mineração, Rompimento e Revitalização ao currículo escolar, com o propósito de valorizar a memória local e fortalecer o papel da escola como espaço de transformação socioambiental. A justificativa do Projeto destaca sua relevância social, ambiental e educacional, ao estimular a consciência crítica desde a infância e contribuir para a reconstrução simbólica e material do território.

Nesse sentido, o texto evidencia os aspectos positivos do PPEE, destacando seu potencial de integração entre família, escola e comunidade, bem como a valorização das memórias locais e o estímulo à consciência crítica e ao protagonismo social dos estudantes. Além disso, ressalta a importância de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas, articulando diferentes saberes e fortalecendo a aprendizagem significativa.

Por outro lado, os desafios apontados indicam limitações estruturais e sociais que poderão comprometer a implementação plena do projeto. A resistência à abordagem da tríade

“Mineração, Rompimento e Revitalização” e os traumas que ainda não foram superados exigem cuidado metodológico e acompanhamento psicossocial. Questões práticas, como a garantia de recursos humanos, materiais e financeiros, assim como a articulação contínua com o PPP, também representam obstáculos que demandam planejamento estratégico e monitoramento constante.

O documento apresenta como objetivo geral:

Fortalecer o papel da escola na formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de compreender e intervir, de forma ética e responsável, nas questões socioambientais do território, com ênfase na tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”, contribuindo para a preservação do meio ambiente, a valorização da memória coletiva e a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Carneiro e Martins, 2025).

De modo complementar, os objetivos específicos do documento consistem em ampliar o diálogo entre escola e comunidade, fortalecendo os processos participativos de escuta e de construção coletiva do currículo; assegurar a incorporação da temática “Mineração, Rompimento e Revitalização” nas práticas pedagógicas, de forma contextualizada e crítica; promover a valorização das experiências, saberes e memórias locais como recursos pedagógicos; estimular a produção de materiais que possibilitem a integração entre conteúdo curricular e realidade vivida; e, por fim, favorecer práticas educativas que desenvolvam a consciência socioambiental, a cidadania e o protagonismo estudantil.

No que se refere à metodologia, esta envolve práticas interdisciplinares, ativas e lúdicas, alinhadas à BNCC, utilizando rodas de conversa, contação de histórias, produções artísticas, visitas pedagógicas e envolvimento da comunidade em datas significativas como 22/03 (Dia da Água), 05/06 (Dia do Meio Ambiente) e 05/11 (aniversário do RBF).

O desenvolvimento prevê execução inicial de dois anos, até a reelaboração do PPP, com avaliação contínua e parcerias institucionais, como a Secretaria Municipal de Saúde. Um quadro relaciona habilidades da BNCC da Educação Infantil com atividades contextualizadas sobre mineração, rompimento e revitalização. O cronograma organiza ações mensais, como rodas de conversa, atividades artísticas, plantios simbólicos, oficinas, visitas pedagógicas e culminância prevista para o mês de novembro, reforçando a memória, o cuidado ambiental e a participação cidadã.

Em relação aos recursos necessários, estão incluídos materiais didáticos, artísticos, tecnológicos, humanos e financeiros, garantindo a realização das atividades de forma colaborativa, fortalecendo os vínculos entre escola, comunidade e território.

A construção do PPEE de forma participativa reafirma a função da escola como espaço de diálogo, memória, cuidado e reconstrução, e sinaliza, desde a infância, a importância do

compromisso coletivo com a preservação ambiental e a justiça social.

Ao integrar a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” ao currículo e apresentar práticas pedagógicas contextualizadas, o PPEE possibilita o fortalecimento da escola como espaço de mobilização e reconstrução comunitária. O projeto aponta caminhos para o fortalecimento de uma prática pedagógica comprometida com a crítica, a sustentabilidade e o cuidado com o território, contribuindo para que o processo educativo seja um espaço de reconstrução, valorização da memória e produção de novos sentidos para a vida da população atingida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o Projeto Político Pedagógico da Escola Doce Esperança, em Barra Longa, MG, demanda uma reconstrução participativa que considere as especificidades do território e as marcas deixadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 2015. Ao longo da pesquisa, a utilização da pesquisa-ação, aliada à sistematização de experiências, me¹⁰ permitiu compreender a importância de integrar a tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização” às práticas escolares, estabelecendo um diálogo entre currículo, território e memória coletiva. Embora o PPP seja reconhecido como instrumento central da gestão democrática, a análise revelou fragilidades na participação da comunidade e na abordagem de questões socioambientais relacionadas à realidade local, o que contribui para o risco de silenciamento e de naturalização da tragédia no cotidiano escolar.

A investigação demonstrou que os impactos do rompimento ultrapassam a dimensão material, afetando a estrutura social, cultural e ambiental da comunidade. As perdas patrimoniais e as diversas formas de degradação observadas reforçam a urgência de uma educação comprometida com a reconstrução simbólica e afetiva do território. Nesse contexto, a escola configura-se como um espaço de resistência e reconstrução, capaz de enfrentar e romper o Silêncio Pedagógico instaurado após o RBF, ressignificando o processo educativo a partir das vivências, dos saberes e das necessidades da população atingida.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico Experimental da Escola apresentou-se como um caminho para romper o Silêncio Pedagógico existente na instituição em relação à tríade “Mineração, Rompimento e Revitalização”. Sua construção participativa evidenciou o potencial transformador da escuta coletiva e do envolvimento da comunidade no planejamento pedagógico. As rodas de conversa, o seminário e as reuniões realizadas na Escola Doce Esperança consolidaram um espaço de diálogo democrático, no qual a tríade passou a ser compreendida como conteúdo curricular e como eixo articulador de uma prática educativa crítica, emancipadora e ambientalmente responsável.

Todas as ações desenvolvidas ao longo desta pesquisa estão ancoradas nas propostas do Curso de Especialização Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce, vinculado ao Programa Escola

¹⁰ O uso da escrita na primeira pessoa foi uma escolha adotada nas Considerações Finais em razão da necessidade de situar-me enquanto professora da escola pesquisada e sujeito envolvido no processo investigativo, bem como de explicitar o enfrentamento do meu próprio Silêncio Pedagógico, dez anos após o rompimento da Barragem de Fundão.

da Bacia do Rio Doce, da Universidade Federal de Ouro Preto. A minha experiência docente desenvolvida na Escola Doce Esperança ao longo do ano de 2024 orientou a intervenção realizada na instituição, sendo fortalecida pelas contribuições acadêmicas e profissionais proporcionadas pela formação ofertada no referido curso. A vivência formativa possibilitou-me uma mudança de postura na prática pedagógica, marcada pelo enfrentamento do Silêncio Pedagógico. Em 2025, aprofundi essa perspectiva em outra instituição de atuação profissional, na qual desenvolvi ações voltadas à preservação das memórias do rompimento, cujo registro encontra-se anexo a este trabalho.

A partir das experiências desenvolvidas no âmbito desta pesquisa, foi possível constatar que o enfrentamento do Silêncio Pedagógico exige uma prática sensível ao território, fundamentada na valorização das experiências locais e na promoção da justiça socioambiental. Nessa perspectiva, a inserção da tríade no Projeto Político Pedagógico torna-se essencial para fortalecer a identidade territorial, ampliar a consciência crítica e consolidar uma educação ambiental comprometida com a transformação social. Ao reconhecer-se como parte integrante da história de sua comunidade, a escola reafirma seu papel ético e político na reconstrução social, cultural e ambiental das populações atingidas, assumindo-se como espaço de memória, resistência e esperança.

Por fim, recomendo que futuras pesquisas e práticas pedagógicas aprofundem a relação entre mineração, território e educação, ampliando a inserção de temáticas socioambientais e o protagonismo da comunidade escolar como caminhos para a reconstrução e a transformação diante dos impactos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. C. G. de. **Impactos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão no município de Barra Longa, Minas Gerais [Mestrado em Sustentabilidade e Meio Ambiente]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/35c073b7-0576-406d-8399-1b3374e78034>. Acesso em: 03 nov. 2025.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; DE JESUS, Rossely Valoni; MELO, Adriane Cristina de. Eles estão aqui: narrativas de professores (as) sobre a relação entre empresas mineradoras e escolas. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 3, p. 13783-13804, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n3-211>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. “A prática do silêncio pedagógico no contexto minerário.” **Revista Brasileira de Educação Básica**, v. 5, Edição Especial – Educação e Desastres Minerários, jan. 2022.
- ARÁOZ, Horacio Machado. “América”: mina e plantação. Uma perspectiva decolonial sobre as origens do "Antropoceno". **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-24, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/59523/34712>>.
- ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. Projeto político pedagógico: Diagnóstico e Construção. In: In: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS. **Curso de Especialização Educação e Mineração. Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Mariana: [s.n.], 2023. Material didático, p. 95-106.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- CARNEIRO, Edir Machado de Magalhães et al; **Capibara e a Barra Lama**. Turma do 4º Ano Regular. Escola Estadual Claudionor Lopes, Barra Longa, MG, 2024.
- CARNEIRO, Edir Machado de Magalhães; MARTINS, Solange Batista. Projeto Pedagógico Experimental da [Escola Doce Esperança]: **Educar para transformar - mineração, rompimento e revitalização no contexto escolar e social**. Barra Longa, 2025.
- CARVALHO, Cilésia Maria de Oliveira. **O silenciamento pedagógico diante do rompimento da barragem de Fundão: uma análise a partir da Escola Estadual “Padre José Epifânio Gonçalves”**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/48845>. Acesso em: 12 de outubro de 2025.

CELESTINO, Marcelo da Silva; REIS, Alexsandro Luiz dos; SILVA, Fábio Augusto Rodrigues. **Uma sequência didática investigativa sobre impactos da mineração: a tragédia de Bento Rodrigues**. In: 2º ENECI – Encontro de Ensino de Ciências por Investigação, 2020. **Anais [...]**. 2020.

CHADDAD, Flávio Roberto. Projeto Político-Pedagógico e Gestão Democrática para um Diretor de Escola. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, v. 3, n. 4, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i4.1367. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1367>.

COELHO, Tádzio Peters. Mineração e dependência no Quadrilátero Ferrífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o Projeto Apolo. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 128-146, 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2012-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-Depend%C3%Aancia-no-Quadril%C3%A1tero-Ferr%C3%ADfero.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MELO, Adriane Cristina. Educação e Mineração: interrogações à escola a partir do Rompimento da Barragem de Fundão. Educação e Mineração na perspectiva da Revitalização. **Coleção Escola do Rio Doce: Formação de Educadores e Educadoras para o trabalho com Educação, Mineração e Revitalização**. Contagem, MG, 1ªed, v. 1, 2025.

FERREIRA, Ana Carolina. **Igreja tombada segue fechada há 8 anos devido a estrutura abalada por operações da Samarco após barragem romper em Mariana**. G1, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/06/12/igreja-tombada-segue-fechada-ha-8-anos-devido-a-estrutura-abalada-por-operacoes-da-samarco-apos-barragem-romper-em-mariana.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2025.

HUNZICKER, A.C.M; FREITAS, N.T.A. Meio Ambiente, “meu ambiente, nosso ambiente”: reflexões sobre as temáticas da Educação Ambiental e dos danos socioambientais na Bacia do Rio Doce. In: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS. **Curso de Especialização Educação e Mineração. Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Mariana: [Módulo II] 2023. Material didático, p.31-59

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Neide Cavalcante. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. **Ensino em Perspectivas**, v.2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815>.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. **Educação no contexto do rompimento da Barragem de Fundão: representações sociais em movimento de educadores(as) sobre a**

escola no reassentamento de Bento Rodrigues. 2024. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. A prática do silêncio pedagógico no contexto minerário. **Revista Brasileira de Educação Básica**, Belo Horizonte, v. 5, n. esp., p. 1-9, 2022. Disponível em: <https://rbeducacaobasica.com.br/a-pratica-do-silencio-pedagogico-no-contextominerario/>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1991**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

LARANJEIRA, Rómima de Mello; SILVA, Márcio Gomes da. Práticas em Educação e Pesquisa. In: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS. **Curso de Especialização Educação e Mineração. Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Mariana: Módulo II, 2024. Material didático, p. 12-30.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; TORRES, Maria Betânia Ribeiro. Uma educação para o fim do mundo? Os desafios socioambientais contemporâneos e o papel da Educação Ambiental em contextos escolarizados. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

LOSEKANN, Cristiana. Não foi acidente! O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréa (org.). **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana; ABA, 2018. p. 65-110.

LOURES, Débora Alves Morra; FREITAS, Victor Gonçalves. Projeto político pedagógico como instrumento de gestão democrática: uma análise do município de Mendes-RJ. **Humanidades & Inovação**, [S.l.], v. 6, 2019.

MEDINA, Jorge; ZORZAL, Marta; et al. Comunidades ainda sofrem efeitos da tragédia de Mariana e precisam de reparação, revela pesquisa. **Revista Universidade** (UFES), Espírito Santo, 21 set. 2020. Disponível em: <https://portal.ufes.br/conteudo/comunidades-ainda-sofrem-efeitos-da-tragedia-de-mariana-e-precisam-de-reparacao-revela>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Políticas Curriculares Oficiais e a Construção dos Currículos Formais nas Escolas. In: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS. **Curso de Especialização Educação e Mineração. Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Mariana: Módulo II, 2024. Material didático, p. 107-128.

PAULA, Leandro Silva de. Educação Patrimonial e Mineração. In: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS. **Curso de Especialização Educação e Mineração. Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Mariana: [s.n.], 2023. Material didático, p. 61-74.

PIRES, Ana Heloisa Silva e. **As percepções das práticas pedagógicas de educação ambiental dos docentes do ensino fundamental I em Brumadinho pós-desastre ambiental**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. [Escola Doce Esperança], Barra Longa, 2019.

REBOUÇAS, João Paulo Pereira; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; SILVA, Edevaldo da. Desafios da educação ambiental crítica em escolas públicas de Mossoró (RN). **Revista Brasileira de Educação Ambiental** (RevBEA), v. 16, 2021. DOI: 10.34024/revbea.2021.v16.11307.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-336, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3M8VZKdZPH8PQW3p7HfYvRw>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Márcio Gomes da. Práticas em Educação e Pesquisa I. In: PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS. **Curso de Especialização Educação e Mineração. Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG)**. Mariana: [s.n.], 2023. Material didático, p. 15-29.

SRK CONSULTING BRASIL. Relatório técnico “As Is” da área urbana de Barra Longa – MG. Belo Horizonte: Fundação Renova, 2023. Disponível em: https://transparencia.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2024/02/SRKBR_002_2023_As_Is_Barra_Longa_R05-1.pdf. Acesso em: 21 dez. 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/metodologia-de-pesquisa-acao-89057-1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento escolar: rigorosidade e amorosidade para uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2024. Disponível em: <https://uniprosa.com.br/planejamento-escolar-rigorosidade-e-amorosidade-para-uma-praxis-transformadora-introducao/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

ANEXOS

Anexo 1 - Jornal Escolar

JORNAL ESCOLAR

Quarta-feira, 05 de novembro de 2025

DEZ ANOS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA-MG

Turma do 3º Ano B - E. E. Claudionor Lopes

Professora responsável: Edir M. Carneiro

Especialista: Liliâne Alves | Diretora: Marli Silva

BARRA LONGA E AS MEMÓRIAS DO ROMPIMENTO



Fonte: Marcio Fernandes. Jornal Estadão - 2015

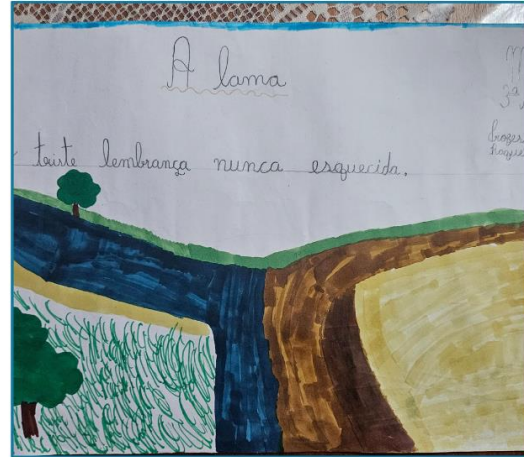


Ilustração de Marcela Silva Ferreira - 3º Ano B - 2025

No dia 05 de novembro de 2015, a cidade de Barra Longa foi atingida por uma grande quantidade de rejeitos de minério vindos da Barragem de Fundão, localizada em Mariana -MG.

A lama desceu pelo Rio Gualaxo e encontrou o Rio Carmo bem perto da cidade. O rompimento deixou o rio

marrom e cheio de lama. O povo barralonguense viu as ruas, casas, animais e plantações serem cobertos pela sujeira.

Os dois rios são importantes para o município. O encontro deles deu origem ao nome Barra Longa, mas a "barra" formada pelas águas claras e escuras era diferente, não ti-

nha essa lama que destrói tudo, essa lama que mata. Manuella (3º Ano B, 2025), moradora do bairro mais atingido, justifica essa afirmativa: "O meu tio perdeu muita coisa com a lama. Ele morava na Volta da Capela e até o cavalo dele foi embora na lama."

Turma do 3º Ano B - 2025

VISITA DA TURMA ÀS RUAS DA CIDADE

No dia 03 de novembro de 2025, a turma do 3º Ano B visitou o centro da cidade de Barra Longa (MG) para observar a situação dos prédios que fazem parte do patrimônio cultural.

Durante as observações, os estudantes notaram que

havia trincas e rachaduras em várias construções antigas. Josué Paglioto, morador e dono de uma dessas casas, contou que as estruturas ficaram abaladas por causa da passagem de máquinas e caminhões pesados na época do rompimento.



Foto com Josué Paglioto

JORNAL ESCOLAR



Conversa com Mucci Daniel



Hotel Xavier

Mucci Daniel (foto ao lado), explicou que sua tia teve que se mudar, pois a casa dela ainda não foi reformada. No prédio, funciona apenas o seu açougue.

Foi possível observar, ainda, a situação de outros prédios que são considerados patrimônio cultural de Barra Longa.

Um desses prédios tem a data de 1923 escrita em sua fachada e está passando por reforma.

O local onde funcionava o Hotel Xavier também está sendo reformado.

Porém, o prédio da Igreja Matriz de São José, que existe desde 1774, continua fechado, com escoras de

madeira, pois sua reforma ainda não começou.

A lama prejudicou a vida das pessoas do município de Barra Longa e ainda tem muito trabalho a ser feito para recuperar o patrimônio histórico. Muitas pessoas ainda não voltaram para as suas casas.



Igreja Matriz São José

DA LAMA AO CAOS

Trecho do poema apresentado pela estudante Giovanna Vieira Lana (3º Ano B) em 04/11/2025

O dia era 5 de novembro
2015 era o ano
Aconteceu uma tragédia
Que causou enorme dano

E enquanto o tempo passa
Fica a ausência de graça
Que há 10 anos chega
E a todos vem tomar

Pedimos a Deus
Que a paz volte a reinar
E tirar a agonia
Que a todos nesse dia
Viveram uma tristeza
Que nunca se apagará

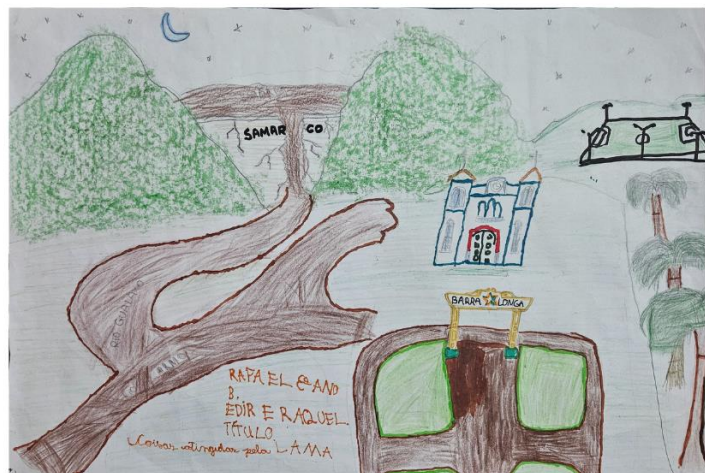


Ilustração de Rafael Carvalho Hoefler Latrequia - 3º Ano B-2025

LEIA O LIVRO LANÇADO PELA TURMA DO 5º ANO REGULAR EM 05/11/2025

CAPIBARA E A BARRA LAMA

Anexo 02 - Livro Capibara e a Barra Lama



Trabalho desenvolvido pela professora Edir Machado de Magalhães Carneiro (PEUB - 2024)

Autores: Estudantes da Turma do 4º Ano Regular da E. E. Claudionor Lopes

Bárbara Gomes de Souza	João Lucas Costa Oliveira
Davi Luiz Neves Fagundes	João Vitor Pereira Alves
Davi Rocha Pimenta Gomes	Jozely do Rosário Carneiro
Davi Trindade Ferreira	Juliana Andrade de Oliveira Rodrigues
Enzo Trindade Xavier	Laryssa Xavier Dornela
Felipe Silva Pereira	Luiny Helena do Carmo
Geovana Aparecida Silva Rola	Luiz Miguel Neves Ferreira
Gustavo Filipe de Deus Almeida	Miguel Lucas de Paiva Lessa
Isis Carolina Silva	Rafaela Silvério Castro
Izabela de Deus Batista	Sofya Silva Marques
Izadora de Deus Batista	Sophia Cerqueira de Souza
Jady Luiza Mendes	Vitor Oliveira de Freitas Faustino

Ilustradores: Davi Rocha Pimenta Gomes e Jozely do Rosário Carneiro, com a colaboração de Larissa Rocha Pimenta Gomes, 2º Ano B.

Professora regente da turma/colaboradora: Antônia Aparecida de Araújo Cota

Especialistas em Educação: Arlinda Márcia de Freitas Tavares, Narli Cristina de Assis e Tairine das Graças Simplicio.

Diretora: Maril Martins e Silva

3



A mamãe Capibara arrumou uma moita de capim bem macio para dormir com seus filhotes e esperar que o dia amanhecesse.

5

Apresentação

Este livro é fruto do trabalho coletivo dos estudantes do 4º Ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Claudionor Lopes, localizada no município de Barra Longa, Minas Gerais, produto final do projeto "Memórias do Rompimento da Barragem de Fundão", desenvolvido pelas professoras Edir Machado de Magalhães Carneiro e Raquel Drumond Elias Ferreira, com a colaboração da professora Antônia Aparecida de Araújo Cota.

No decorrer do projeto, as crianças construíram, de forma coletiva, a história "Capibara e a Barra Lama". Inspirados pela cultura local, elas criaram personagens que dialogam com o imaginário da região, como o mítico Caboco D'Água, e elegeram como protagonista uma capivara, animal que habita as margens dos rios locais, Carmo e Gualaxo do Norte. Embora tenham adotado uma abordagem lúdica para falar sobre o rompimento da Barragem de Fundão (ocorrido em Mariana, MG, no ano de 2015), o texto não deixou de abordar, de maneira sensível, a dor e o sofrimento enfrentados pelos moradores após a tragédia.

O rompimento, além de provocar uma devastação ambiental, afetou a vida das comunidades barralongenses atingidas que, ainda em 2024, lidam com os impactos causados por ele. Esses impactos se manifestam tanto no meio ambiente, com a poluição dos rios e do solo, quanto na vida da população, que enfrenta desafios econômicos, sociais e emocionais.

A preservação das memórias dessa tragédia é essencial para conscientizar e sensibilizar as novas gerações sobre as consequências das ações humanas, além de incentivar a construção de uma cultura de responsabilidade social e de proteção ao meio ambiente. O trabalho desenvolvido junto às crianças é um instrumento de aprendizado, resistência e esperança de um futuro melhor.

E. E. Claudionor Lopes
2024

2

No dia 05 de novembro de 2015, a mamãe Capibara estava nadando com seus cinco filhotes no Rio Carmo, na cidade de Barra Longa, Minas Gerais.

As jovens capivaras brincaram tanto que a mãe perdeu a hora e acabou escurecendo.



4

Às duas horas da manhã, Capibara acordou com um barulho enorme e sentiu um cheiro de barro podre. Então, ouviu o grito do seu marido, o Sr. Capi, que chegou ali:

— Está descendo um mar de barro! Corra!!! Vamos salvar os nossos filhos! Vamos para o alto da montanha! Estão dizendo que esta lama veio da Barragem de Fundão, que se rompeu em Mariana, município vizinho, e está destruindo muita coisa. Vamos depressa!

A família Capibara subiu para o alto da montanha, e lá encontraram outras capivaras que também fugiam da lama.



6

De lá do alto, avistaram uma cena aterrorizante! Viram a praça da cidade de Barra Longa entupida de barro, viram pessoas saindo assustadas de suas residências em busca de um lugar mais seguro, onde a lama não alcançasse.

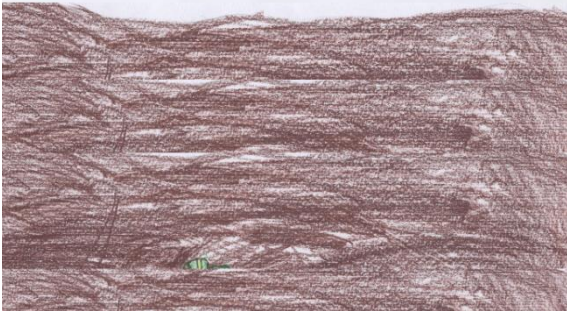
Alguns moradores dos prédios mais altos preferiram ficar em casa e acabaram ilhados, rodeados por aquele barro sujo. Não dava mais pra sair, estavam apavorados!



Quando a lama diminuiu, Capibara e o Sr. Capi chamaram seus filhos para que, juntos, pudessem ver de perto a situação do Rio Carmo.

Ao chegarem perto do leito do rio, choraram diante de tanta destruição, pois precisavam daquelas águas para sobreviver.

Levaram um susto quando ouviram um grito de socorro...



Com muita tristeza, se mudou com a família para as margens do Ribeirão Jurumirim, que desagua no Rio Carmo. Ficaram muito tristes em abandonar um local que tanto amavam, mas conformados por terem suas vidas salvas.



Viram vacas, cavalos, porcos, galinhas e outros animais descendo pela lama.

Até um carro passou flutuando. Ficaram muito preocupados, sem saber se tinha alguém dentro dele...



Era o Caboclo D'Água que estava se afogando!

Tiveram medo de chegar perto dele, então chamaram um cavalo que estava por ali para tentar salvá-lo. O Caboclo subiu em suas costas e conseguiu sair dali com vida. Agradeceu pela ajuda de todos e foi procurar água limpa para que pudesse beber e se lavar.

O Sr. Capi também precisou sair do local com sua família, certo de que a sua vida não seria a mesma, pois Barra Longa havia se tornado uma "barra lama"!

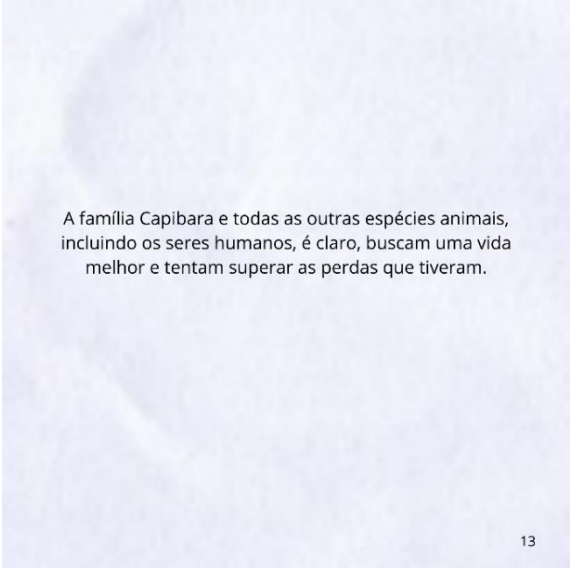


Em 2024, nove anos após o rompimento da Barragem, a nova geração de capivaras tem dificuldades para sobreviver. A vegetação não se desenvolve como antes, pois ainda existem restos de minério no solo. A água também pode estar contaminada!

A vida dos moradores não voltou ao normal. Muitos atingidos ainda não tiveram suas casas reformadas, outros ficaram doentes (depressão e doenças causadas pela contaminação dos metais pesados) e algumas pessoas idosas já perderam suas vidas sem poder voltar às suas casas.

A Igreja Matriz de São José, patrimônio cultural de Barra Longa, ainda encontra-se de portas fechadas, aguardando restauração.





A família Capibara e todas as outras espécies animais, incluindo os seres humanos, é claro, buscam uma vida melhor e tentam superar as perdas que tiveram.